



Servo de Cristo

MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Manual de Metodologia da Pesquisa Científica do Seminário Teológico Servo de Cristo
para a normatização técnica de trabalhos acadêmicos (*2a. edição*).

São Paulo

2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
I. SELECIONANDO O FORMATO	4
1. Questões Preliminares	4
1.1. Capa.....	4
1.2. Folha de Rosto.....	5
1.3. Dedicatória.....	6
1.4. Agradecimentos.....	6
1.5. Resumo.....	6
1.6. Sumário.....	6
1.7. Lista de Tabelas.....	6
1.8. Lista das Figuras.....	6
1.9. Lista dos Mapas.....	7
2. O Texto ou o Corpo do Trabalho	7
2.1. Tamanho do Papel.....	7
2.2. Fonte.....	7
2.3. Margens.....	7
2.4. Espaçamento.....	8
2.5. Numeração da Página.....	9
2.6. Linguagem não discriminatória.....	9
2.7. Uso de Itálico, Negrito ou Sublinhado.....	9
2.8. Abreviações dos Livros da Bíblia.....	9
2.9. Novos Capítulos, Títulos e Subtítulos.....	10
2.10. Número de páginas para o TCC.....	11
3. As questões de Trás ou Referências	11
3.1. Livros.....	11
3.2. Dissertação/Tese.....	13
3.3. Autor Corporativo.....	13
3.4. Uma obra quando o autor do capítulo é também autor da obra.....	13
3.5. Uma obra quando o autor do capítulo não é o autor da obra.....	13
3.6. Artigos de Revistas ou Jornais.....	13
3.7. Outros.....	14
3.8. Obras de Referência.....	15
II. USO DAS CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ	16
1. Citações	16
2. Notas de Rodapé	17
III. MONOGRAFIA	20
1. Formato da Monografia	20
2. Formas e Estilos	21
V. DISSERTAÇÃO	22
1. Formato da Dissertação	22
2. Formas e Estilos	22
V. PROJETO MINISTERIAL	23
1. Requerimentos Acadêmicos	23
2. Exemplos de Títulos de Projeto Ministerial	23
3. Formato do Projeto Ministerial	23
4. Formas e Estilos	23
VI. MATERIAL DIDÁTICO	24
1. Requerimentos Acadêmicos	24

2. Exemplos de Títulos de Material Didático.....	24
3. Formato do Material Didático.....	24
4. Formas e Estilos.....	24
VII. PROJETO DE PESQUISA.....	25
1. Que é pesquisar?.....	25
2. Os trabalhos exigidos nos cursos de pós-graduação.....	27
3. O processo de orientação.....	28
4. A escolha do tema.....	28
5. A Estrutura do Projeto de Pesquisa.....	29
6. Coleta de Dados.....	32
7. Análise dos Dados.....	34
VIII. PROCESSO DA PESQUISA	37
IX. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO DE PESQUISA	38
ANEXOS.....	39

INTRODUÇÃO

Este Manual contém as informações básicas sobre a confecção de trabalhos acadêmicos em diferentes cursos, com ênfase especial para estudantes de teologia. Todo trabalho acadêmico deve ser realizado levando em consideração normas, técnicas e estilos para que seu conteúdo e sua apresentação demonstrem a seriedade do estudante quanto à pesquisa realizada.

Para um melhor aproveitamento deste material, como também do seu estudo, sugerimos:

- Passo 1: Comece estudando este Manual. Isso é muito importante, pois poupará tempo no futuro.
- Passo 2: Qualquer trabalho que você faça na, procure desde o início aplicar as regras deste manual. Não deixe isso para depois. A editoração é geralmente desprezada pelo estudante e a consequência é que no futuro muitas horas são gastas para adequar a monografia, dissertação etc... às regras exigidas. Uma vez que você começou a fazer seus trabalhos, então comece da maneira certa.
- Passo 3: Antes mesmo de começar a colocar seu trabalho no computador você deve configurá-lo de acordo com as regras aqui estabelecidas. Exemplo: coloque as margens nos centímetros corretos.
- Passo 4: Tenha sempre o Manual próximo do seu ambiente de estudo. Sugerimos que você mantenha uma cópia próxima ao computador e todas as vezes que surgir uma dúvida, então consulte o Manual no mesmo instante e aplique a regra correta. Não deixe para depois. As orientações aqui contidas são importantes para a boa apresentação do seu trabalho.

Nós gastamos horas e horas na elaboração deste Manual. Nossa expectativa, portanto, é que você gaste algum tempo também para ficar familiarizado com ele. Seja bem-vindo ao universo da pesquisa!

Editores

I. SELECIONANDO O FORMATO

Cada trabalho, quer seja uma monografia semestral ou final, uma dissertação, uma resenha, um projeto ministerial, ou um material didático deve seguir o formato padronizado.

Este capítulo refere-se às três partes de uma produção acadêmica: (1) as questões da frente ou preliminares; (2) o texto em si ou o corpo; (3) as questões de trás ou referências.

1. As Questões da Frente ou Preliminares

1.1 Capa

A Capa deve conter:

- Nome do autor (maiúsculas, centralizado, 3 cm da margem superior)
- Título do trabalho (maiúsculas, negrito, centralizado e no meio da folha)
- Cidade e ano de conclusão do trabalho (Minúsculas, 2 cm acima da margem inferior)

Nota: Ver um modelo de Capa no **Anexo 1**

1.2. Folha de Rosto

A Folha de Rosto deve conter:

- As mesmas informações contidas na Capa, acrescidas das informações essenciais sobre a origem do trabalho.
- Essas informações mudarão de acordo com o objetivo e natureza do trabalho.

Exemplos:

Para Monografia Semestral:

Monografia apresentada em cumprimento às exigências da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica do curso de Bacharel em Teologia do Seminário Teológico Servo de Cristo, ministrada pelo Prof. Robinson Jacintho de Souza .

Para Monografia Final (conclusão do curso):

Monografia apresentada em cumprimento às exigências do curso de Bacharel em Teologia do Seminário Teológico Servo de Cristo, sob a orientação do Prof. Robinson Jacintho de Souza.

Para Dissertação:

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do curso de Mestrado em Teologia Bíblica do Seminário Teológico Servo de Cristo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Sayão.

Para Projeto Ministerial:

Projeto Ministerial apresentado em cumprimento às exigências do curso de Pós-graduação em Teologia do Seminário Teológico Servo de Cristo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Sayão.

Para Material Didático:

Material Didático apresentado em cumprimento às exigências do curso de Pós-graduação em Teologia do Seminário Teológico Servo de Cristo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Sayão.

Para Resenha:

Resenha apresentada em cumprimento às exigências da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica do curso de Bacharel em Teologia do Seminário Teológico Servo de Cristo, ministrada pelo Prof. Robinson Jacintho de Souza.

Nota: Ver um modelo de Folha de Rosto no **Anexo 2**

1.3. Dedicatória

Esta página é opcional. Se optar por ela, use breves sentenças. Não inclua a Dedicatória no Sumário.

Nota: Ver um modelo de Dedicatória no **Anexo 3**.

1.4. Agradecimentos

Esta página é opcional. Se optar por ela, use breves sentenças para expressar sua gratidão em relação às pessoas que colaboraram em seu trabalho, curso e vida. Não inclua os Agradecimentos no Sumário.

Nota: Ver um modelo de Agradecimentos no **Anexo 4**.

1.5. Resumo

O Resumo demonstra em poucas palavras todo o seu trabalho, devendo conter no mínimo 200 e no máximo 300 palavras.

Nota: Ver um modelo de Resumo no **Anexo 5**.

1.6. Sumário

O sumário deve conter a mesma numeração dos títulos e subtítulos conforme encontrados em suas páginas correspondentes. Os títulos dos capítulos devem ser todos em maiúsculas e os subtítulos em minúsculas. Note que é necessário colocar os títulos e subtítulos abaixo da primeira letra.

Nota: Ver um modelo de Sumário no **Anexo 6**.

1.7. Lista das Tabelas

Na Lista das Tabelas você deverá colocar todas as tabelas utilizadas no trabalho, com seus respectivos títulos (que devem ser exatamente os mesmos utilizados no corpo do trabalho), indicando a página onde se encontra. A Lista das Tabelas deve ser colocada logo em seguida do Sumário.

Nota: Ver um modelo de Lista das Tabelas no **Anexo 7**.

1.8. Lista das Figuras

Na Lista das Figuras você deverá colocar todas as figuras utilizadas no trabalho, com seus respectivos títulos (que devem ser exatamente os mesmos utilizados no corpo do trabalho), indicando a página onde ela se encontra. A Lista das Figuras deve ser colocada logo em seguida da Lista das Tabelas.

Nota: Ver um modelo de Lista das Figuras no **Anexo 7**.

1.9. Lista dos Mapas

Na Lista dos Mapas você deverá colocar todos os mapas utilizados no trabalho, com seus respectivos títulos (que devem ser exatamente os mesmos utilizados no corpo do trabalho), indicando a página onde ele se encontra. A Lista dos Mapas deve ser colocada logo em seguida da Lista das Figuras.

Nota: Ver um modelo de Lista dos Mapas no *Anexo 7*.

2. O Texto ou o Corpo do Trabalho

O Texto ou o Corpo do Trabalho inclui a parte escrita do seu trabalho. Aqui você encontrará os detalhes referentes a:

- Tamanho do Papel
- Fonte
- Margens
- Espaçamento
- Numeração da Página
- Linguagem não discriminatória
- Abreviações dos Livros da Bíblia
- Uso de Títulos e Subtítulos
- Uso de Citações

2.1. Tamanho do Papel

O tamanho do papel deve ser A4 – 210 x 297 mm. Cor do papel: branco.

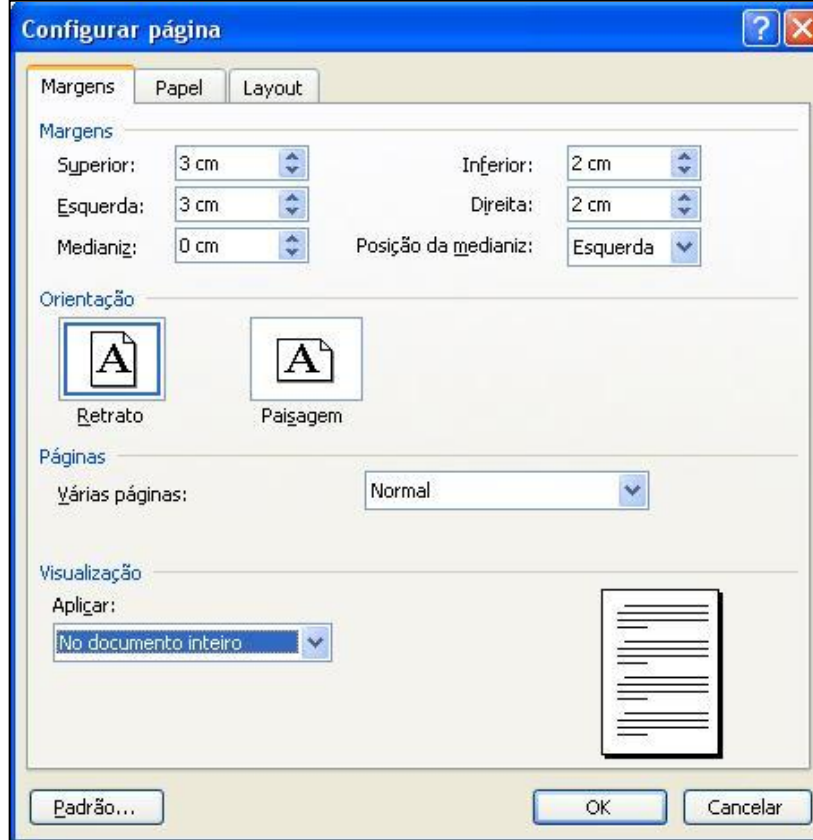
2.2. Fonte

A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12.

2.3. Margens

A formatação das margens deve obedecer aos seguintes critérios:

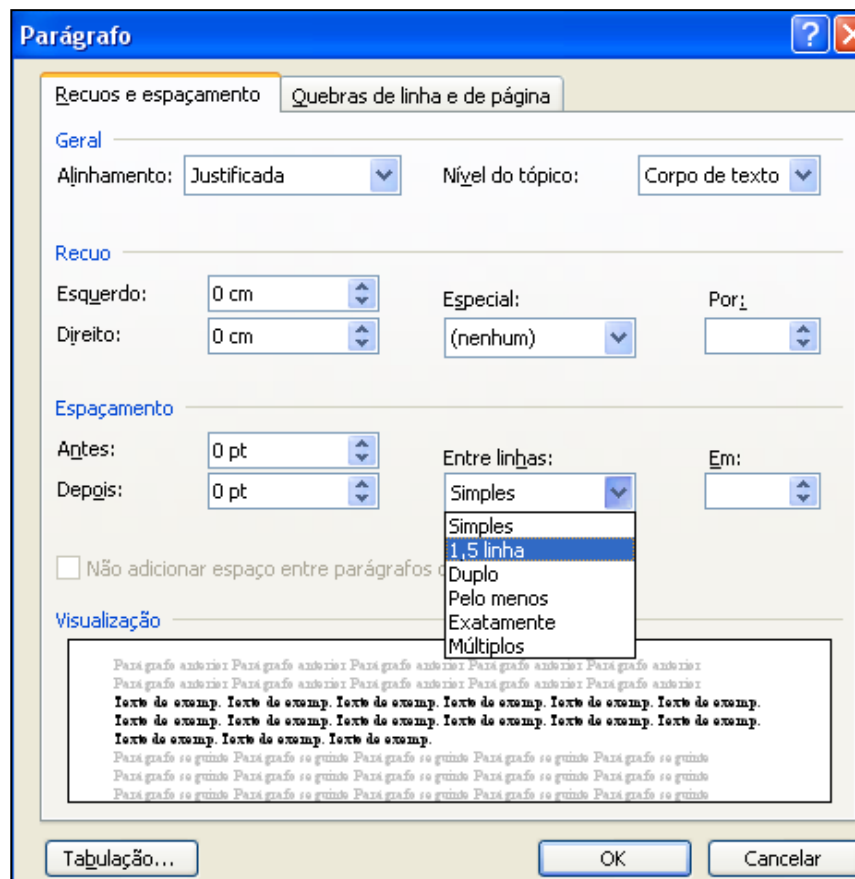
- Margem superior: 3 cm
- Margem inferior: 2 cm
- Margem direita: 2 cm
- Margem esquerda: 3 cm



Nota: Todo parágrafo deve obedecer 1,5 cm da margem esquerda. Para isso, formate o parágrafo do seu computador para que ele faça isso automaticamente.

2.4. Espaçamento

O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.



2.5. Numeração da Página

Todas as páginas são contadas a partir da Folha de Rosto, mas *não numeradas*. A numeração deve ser em algarismos arábicos (ex.: 1, 2, 3, etc).

A primeira página a ser numerada é a segunda página da INTRODUÇÃO. Em cada novo título (INTRODUÇÃO, CAPÍTULO 1, 2, 3, CONCLUSÃO, REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, etc.) as páginas *não são numeradas*, mas devem ser contadas).

2.6. Linguagem não discriminatória

Sugerimos que seja adotada uma postura não-discriminatória quanto à linguagem do texto. A linguagem não-discriminatória é o reconhecimento de que não apoiamos preconceitos raciais e relações de inferioridade/superioridade entre os gêneros. Alguns exemplos:

Não Use	Sugestão
Deus ama o homem...	Deus ama a humanidade, o ser humano, a pessoa...
Terceiro Mundo	Dois-terços do Mundo

2.7. Uso de Itálico, Negrito ou Sublinhado

Geralmente o uso de *itálico*, **negrito** ou sublinhado é para dar ênfase. Você tem duas possibilidades:

- (1). não usar itálico, negrito ou sublinhado, permitindo que o leitor e a leitora façam este trabalho ou
- (2). se preferir enfatizar, use o itálico, pois a visualização fica mais limpa e também economiza mais tinta na impressão.

2.8. Abreviações dos Livros da Bíblia

Gn 1:1-3	Jó	Hc	Fp
Êx	Sl	Sf	Cl
Lv	Pv 3:1-4:5	Hg	1 Ts
Nm	Ec	Zc	2 Ts
Dt	Ct	Ml	1 Tm
Js	Is		2 Tm
Jz	Jr		Tt 2:1, 5

Rt	Lm	Mt	Fm
1 Sm	Ez	Mc 6:2; 7:1	Hb
2 Sm	Dn	Lc	Tg
1 Rs	Os	Jo	1 Pe
2 Rs	Jl	At	2 Pe
1 Cr	Am	Rm	1 Jo
2 Cr	Ob	1 Co	2 Jo
Ed	Jn	2 Co	3 Jo
Ne	Mq	Gl	Jd
Et	Na	Ef	Ap

Notas:

1. Não use ponto depois da abreviação do nome do livro. O correto é: Mt 4:1
2. Não use algarismo romano para os livros. O correto é: 1 Co
3. Se você está se referindo a uma determinada passagem da Bíblia no *corpo* do texto, *não* abrevie. Exemplo: Em Lucas 4:18-19 encontramos a declaração da agenda missionária de Jesus.
4. Nesse caso, a forma abreviada deve ser usada entre parênteses. Exemplo: Lucas sumariza a agenda missionária de Jesus na Sinagoga de Nazaré (Lc 4:18-19).

2.9. Novos Capítulos, Títulos e Subtítulos

Os *títulos* e os *subtítulos* devem obedecer uma seqüência progressiva de numeração.

Exemplo:

1. A Missão da Igreja na América Latina

1.1. O Evangelho Integral

1.1.1. Secular x Sagrado

1.1.1.1. Secular

1.1.1.2. Sagrado

2. A Missão Urbana da Igreja

2.1. Os Desafios do Contexto Urbano

2.1.1. Pobreza

2.1.1.1. Favela

2.1.1.2. Miséria

3. A Contextualização do Evangelho

3.1. Evangelho e Cultura

3.1.1. O Evangelho que Transforma

3.1.1.1. Criação e Ecologia

3.1.1.2. Valores do Reino de Deus

Notas:

1. Observe que são usados *pontos* e não hífens.
2. Ver um modelo de Capítulo, Títulos e Subtítulos no **Anexo 8**.

2.9.1. Novos Capítulos/Títulos

Para cada novo capítulo deve-se iniciar uma nova página. O título do capítulo deve ser em maiúsculas, centralizado e em negrito.

Nota: Use sempre a mesma fonte (Times New Roman) e o mesmo tamanho (sempre 12).

2.9.2. Subtítulos

Os subtítulos primários também devem estar em negrito, porém localizados no recuo de parágrafo, obedecendo à ordem de numeração (Conforme Exemplo no ponto 2.9)

A partir dos subtítulos secundários, não use mais negrito e sim itálico.

Nota: **Não altere a fonte** (sempre Times New Roman) nem o número da fonte (sempre 12) para os subtítulos. É necessário colocar um espaço entre o texto e o próximo título.

2.10. Número de Páginas para o TCC

Para monografias e pequenos trabalhos, o número de páginas fica a critério do professor solicitante, mas no que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, a FTSC delimita o número mínimo de **25** e o máximo de **50 páginas** para a graduação e de **35** – mínimo – e o máximo de **70 páginas** para pós-graduação.

3. As Questões de Trás ou Referências

Abaixo você encontrará alguns exemplos mais comuns sobre como fazer citações em momentos distintos, usando as regras da ABNT.

3.1. Livros

- Autor (ou coordenador, organizador, editor): Escreve-se o último sobrenome do autor em maiúsculas e, a seguir, o restante do nome, que pode vir por extenso ou abreviado, separado por vírgulas.
- Título: o título deve ser realçado em itálico, sendo somente a primeira letra em maiúscula.
- Subtítulo: o subtítulo é facultativo, mas quando colocado, sem itálico, separado do título por dois pontos, tudo em minúsculas.

- Número da edição (a partir da segunda edição): não se usa o sinal de decimal (a). Note que existe um ponto depois do número da edição. Ex.: 2. ed.
- Local da publicação: É o nome da *cidade* onde a obra foi editada e, após a referência de local devem ser grafados dois pontos (:). Não se coloca estado ou país.
- Editora: Só se coloca o nome da editora. Exemplo: Hagnos
- Ano da publicação: Quando a obra não informar o ano de publicação, deve-se usar a
- Abreviação s.d. (sem data). Após o ano da publicação deve-se usar ponto final.
- Número de volumes: caso houver, use da seguinte forma: 2 v. (para indicar que a obra possui dois volumes), ou V. 2 (para indicar que você está se referindo apenas ao segundo volume da obra).
- Paginação: quantidade de páginas da obra (facultativo).
- Nome da série, número da publicação na série (entre parênteses).

Observações:

1. Todas as referências devem ser em espaço simples.
2. Um espaço simples deve separar os diversos campos de uma referência.
3. Em textos avulsos são usadas as seguintes abreviaturas: Org. ou Orgs.: organizador(es), Ed. Ou Eds.: editor(es), Coord. ou Coords.: coordenador(es).

3.1.1. Autor pessoa física

LIMA, A. F. S. O. *Pré-escola e alfabetização*: uma proposta baseada em Paulo Freire e Jean Piaget. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

JAPIASSU, H. F. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

3.1.2. Até três autores

COSTA, M. A. B.; JACCOUD, V. & COSTA, B. *MEB*: uma história de muitos. Petrópolis: Vozes, 1986.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

3.1.3. Mais de três autores

OLIVEIRA, A. S. et al. *Introdução ao pensamento filosófico*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1985.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

3.1.4. Sem nome do autor

O PENSAMENTO vivo de Nietzsche. São Paulo: Martin Claret, 1991.

3.2. Dissertação / Tese

CAMARGO, E. S. *Olhando a mulher como Ele olhou: em busca de uma pastoral da mulher excluída a partir do ministério de Jesus no evangelho de Lucas*. Londrina, 2001. 88 p. (Dissertação de Mestrado em Teologia Prática – Faculdade Teológica Sul Americana).

3.3. Autor corporativo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Programa de Pós-Graduação em Educação / PPGE-UFES. *Avaliação educacional: necessidades e tendências*. Vitória, PGE/UFES, 1984.

3.4. Uma obra quando o autor do capítulo citado é também autor da obra

LIMA, L. O. “Ativação dos processos didáticos na escola secundária”. In: _____. *A escola secundária moderna: organização, métodos e processos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

3.5. Uma obra quando o autor do capítulo citado não é o autor da obra

HORTA, J. S. B. “Planejamento educacional”. In: MENDES, D. T. (Org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

3.6. Artigos de Revistas ou Jornais

- Autor(es) do artigo
- Título do artigo
- Título da revista
- Local da publicação
- Editor
- Indicação do volume
- Indicação do número ou fascículo
- Indicação de página inicial e final do artigo
- Data

3.6.1. Artigo de um autor

BORTOLETTO, M. C. O que é ser mãe? A evolução da condição feminina na maternidade através dos tempos. *Viver Psicologia*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 25-27, out. 1992.

Observação: No caso de mais de um autor, segue-se a mesma regra das referências dos livros.

3.6.2. Artigo não assinado (sem nome de autor)

A ENERGIA dual indígena no mundo dos Aymara (Andes do Peru e Bolívia). *Mensageiro*, Belém, n. 63, p. 35-37, abr./maio/jun., 1990.

3.6.3. Artigo de jornal assinado

DINIZ, L. Leila Diniz, uma mulher solar. Entrevista concedida ao Pasquim. Almanaque Pasquim, Rio de Janeiro, n. especial, p. 10-17, jul. 1982.

3.6.4. Artigo de jornal não assinado (sem nome de autor)

MULHERES têm que seguir código rígido. O Globo, Rio de Janeiro, 1 caderno, p. 40, 31 jan. 1993.

Observação: A referência de mês é reduzida a apenas três letras e um ponto. O mês de janeiro ficaria sendo jan., o de fevereiro fev. etc., com exceção do mês de maio que se escreve com todas as letras (maio) e sem o ponto (veja o exemplo em artigo não assinado).

3.6.5. Coleções inteiras

EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1956.

3.6.6. Somente uma parte de uma coleção

FÓRUM EDUCACIONAL. Teorias da aprendizagem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.13, n.1/2, fev./maio1989.

Observação: Note que neste caso refere-se ao nome da Revista e por isso deve estar em caixa alta.

3.7. Outros

3.7.1. Decretos-Leis, Portarias etc.

BRASIL. Decreto 93.935, de 15 de janeiro de 1987. Promulga a convenção sobre conservação dos recursos vivos marinhos antárticos. *Diário Oficial* (da República Federativa do Brasil), Brasília, v. 125, n. 9, p. 793-799, 16 de jan. 1987. Seção 1, pt. 1.

3.7.2. Pareceres, Resoluções etc.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 1.406 de 5 out. 1979. Consulta sobre o plano de aperfeiçoamento médico a cargo do Hospital dos Servidores de São Paulo. Relator: Antônio Paes de Carvalho. *Documenta*, n. 227, p. 217-220, out. 1979.

3.7.3. Trabalho publicado em anais de congresso e outros eventos

CHAVES, A. Publicação, reprodução, execução: direitos autorais. In: Congresso Brasileiro de Publicações, 1., São Paulo, 5 a 10 de jul. 1981. *Anais do I Congresso de Publicações*. São Paulo: FEBAP, 1981. p. 11-29.

3.7.4. Anais de congresso no todo

SEMINÁRIO DO PROJETO EDUCAÇÃO, 5., 24 out. 1996, Rio de Janeiro. *Anais do V Seminário do Projeto Educação*. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura-UFRJ, 1996.

3.8. Obras de Referência

3.8.1. Dicionário

FERREIRA, A. B. H. “Educação”. In: _____. *Minidicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

3.8.2. Anuário

Matrícula nos cursos de graduação em universidades e estabelecimentos isolados, por áreas de ensino, segundo as universidades da Federação - 1978-80. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1982. Seção 2, cap. 17, p. 230: Ensino.

3.8.3. Texto da Internet

JOÃO Calvino. <http://geocities.yahoo.com.br/momentoscomjesuss/joao.htm>. Acessado em 07/08/2003.

3.8.4. Música gravada em CD

Canção de amor. Caetano Veloso. CD Fina Estampa ao vivo. Faixa 6, n.º 528918-2 Polygram, 1995.

3.8.5. Material gravado em DVD ou VHS

CENTRAL do Brasil. Dir. Walter Salles. Manaus: Videolar, s.d. DVD (111 min).

A MISSÃO. Dir. Roland Joffé. Manaus: Videolar, 1986. DVD (125 min).

SETE anos no Tibet. Dir. Jean-Jacques Annaud. Manaus: Videolar, 1997. VHS (134 min).

II. USO DE CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ

1. Citações

Um trabalho é construído em permanente diálogo com diversos autores. Para isso, é necessário que as fontes de onde são extraídas as informações sejam identificadas. O objetivo é evitar a apropriação de idéias alheias e também facilitar a outros pesquisadores/as o acesso à bibliografia pesquisada.

A citação de um autor pode-se dar de forma indireta ou direta. A citação indireta acontece quando o pensamento de um autor é referenciado *sem que suas palavras sejam citadas literalmente*. A citação direta é quando um conceito de um pesquisador é transcrito para o texto da monografia.

Se a citação direta de um texto tiver até quatro linhas, deve vir entre aspas e seguir a mesma estética do trabalho, conforme o exemplo abaixo:

Cullmann diz que Jesus trouxe “por sua doutrina e por sua vida, algo novo”, que até então era desconhecido dentro da possibilidade de interpretação do que estava implícito nas idéias correntes. Mas, “foi daí que os primeiros cristãos partiram em suas primeiras tentativas de explicar a pessoa e a obra de Jesus” (Cullmann, 2004. p. 22)

Uma possibilidade é utilizar o sistema de citação *no próprio corpo do trabalho*, em conformidade com a observação de Severino:

Sobretudo em decorrência dos processos de informatização para edição de textos, esta forma de colocar as indicações das fontes no interior do texto está se tornando cada vez mais comum. Pode portanto ser adotado, ficando a critério do autor do texto esta escolha. Nesta hipótese, as notas de rodapé serão usadas apenas para considerações complementares, para transcrição de passagens em língua estrangeira ou outros esclarecimentos (2000, p. 113).

Se a citação direta de um texto alheio ultrapassar quatro linhas, o trecho deverá vir *sem aspas* e ter uma estética especial (não ter parágrafo especial na primeira linha, ter deslocamento esquerdo de 4,0 cm, letra tamanho 10 e espaço entre linhas igual a 1,0). Veja o exemplo a seguir:

...É necessário salientarmos também o seguinte, mesmo considerando todo este quadro primitivo e cristológico, não podemos desconsiderar a pessoa de Deus Pai, pois, segundo Moltmann:

A confissão de Cristo é uma confissão de Deus, e esta confissão daquele Deus que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, é, ao mesmo tempo, a confissão de Jesus o Senhor. Isso significa em primeiro lugar: os cristãos crêem em Deus por causa de Jesus, e em Jesus por causa de Deus. Por amor de Jesus, crêem no Pai, no Deus vivo que ressuscita mortos, e por amor deste Deus crêem em Jesus, no Cristo deste Deus. Em Cristo não reconhecem apenas a deiformidade de Jesus, mas também a cristiformidade de Deus. (Moltmann, 1994, p. 68)

Note que você deverá citar o(s) autor(es) da seguinte maneira:

1. Único autor (Sobrenome, Ano, Página). Ex.: (Perterson, 2004, p. 67). Não coloque o nome do autor em maiúsculo.
2. Dois autores (Holland & Henriot, 1994, p. 14).
3. Autor com livros publicados no mesmo ano (Perterson, 2004a, p. 67), (Perterson, 2004b, p. 78), (Perterson, 2004c, p.150). As letras a, b, c são para diferenciar os livros publicados devem fazer parte da bibliografia.
4. Em caso de *ênfase* é necessário acrescentar a observação dentro dos parênteses. Ex.: (Perterson, 2004, p. 67, *itálico* nosso).

2. Notas de Rodapé

Quando você optar por usar o sistema de citação no próprio corpo do trabalho, as notas de rodapé só serão utilizadas para **explicar, elucidar ou acrescentar** informações (Sugestão do Servo de Cristo) e devem ser colocadas no final de cada página, em ordem numérica, com um traço acima das mesmas. A numeração das notas de rodapé em cada novo capítulo deverá ter um novo início. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 10.

Mas se optar por fazer as citações do trabalho no rodapé, então você deverá seguir o seguinte formato: nome do autor em minúsculas, sobrenome em maiúsculas, título da obra em itálico, página de onde a idéia ou citação foi retirada.

Veja o exemplo a seguir:

Eugene PETERSON, *Trovão inverso: o livro do apocalipse e a oração imaginativa*, p. 95.

Quando uma obra já citada anteriormente, mas intercalada com a referências a outras obras, deve-se usar a abreviação *op. cit.*:

Eugene PETERSON, *op. cit.*, p. 98.

No caso de existir a citação de uma obra seguidamente, sem que haja a intercalação de qualquer outro texto, deve-se usar a abreviação *ibid.*:

Bruce L. SHELLEY, *História do cristianismo ao alcance de todos*, p. 134.
Ibid., p. 135.
Ibid., p. 136.

Em situações em que são referenciadas seguidamente diferentes obras de um mesmo autor, usa-se a abreviação *id.*:

Roger OLSON, *História das controvérsias na teologia cristã: 2.000 anos de unidade e diversidade*, p. 407.
Id., *História da teologia cristã: 2.000 anos de tradição e reformas*, p. 577.

2.1. Expressões Latinas utilizadas em Notas de Rodapé

- *Apud*
- *Idem*
- *Id.*
- *Ibidem*
- *Ibid.*
- *op. cit.*
- *passim*
- *loc. cit.*
- *et. seq.*
- *Cf.*

- **apud** (citado por, conforme, segundo) - ÚNICA expressão latina que pode ser usada tanto no texto como em notas de rodapé – Exemplos:

(QUEIROZ, 1999 apud SANCHEZ, 2000, p. 2-3)
Segundo Queiroz (apud SANCHEZ, 2000, p. 2-3) diz ser [...] Lefebvre(1983 apud Coelho 2000, p. 178) propunha em seu método: “.....”.

- **Idem ou Id.** (do mesmo autor) - Expressão latina que pode ser usada em substituição ao nome do autor, quando se tratar de citação de diferentes obras de um mesmo autor. Usar SOMENTE em notas de rodapé – Exemplos:

1 UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 1999, p. 2-3
2 Id., 2000, p.37
3 SARMENTO, 1978, p. 59
4 Id., 1987, p. 77
5 Id., 1988, p. 135

- **Ibidem ou Ibid.** (na mesma obra) - Expressão latina que pode ser usada em substituição aos dados da citação anterior, pois o único dado que varia é a página. Usar SOMENTE em notas de rodapé – Exemplos:

1 ANDRADE, M.M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 1999. p. 67
2 Ibid., p. 89
3. Ibid., p. 150

- **op. cit.** (Opus citatum, opere citato) - na obra citada anteriormente, na mesma página, quando houver intercalação de outras notas - Expressão latina que pode ser usada somente em notas de rodapé – Exemplos:

1 SALGUEIRO, 1998, p. 19
 2 SMITH, 2000, p. 213
 3 SALGUEIRO, op.cit., p.40-43
 4 SMITH, op.cit., p. 376

- **passim** (aqui e ali - informação retirada de diversas páginas do documento referenciado) - Expressão latina que pode ser usada somente em notas de rodapé. Exemplos:

1 QUEIROZ, 1999, passim
 2 SANCHEZ; COELHO, 2000, passim

- **loc. cit.** (loco citato) - (no lugar citado - mesma página de uma obra já citada anteriormente, mas com intercalação de notas) - Expressão latina que pode ser usada somente em notas de rodapé – Exemplos:

1 FIGUEIREDO, 1999, p.19
 2 SANCHEZ; CARAZAS, 2000, p. 2-3
 3 FIGUEIREDO, 1999, loc. cit.
 4 SANCHEZ; CARAZAS, 2000, loc. cit.

- **Cf.** (confira, confronte) - (abreviatura usada para recomendar consulta a um trabalho ou notas) - Expressão latina que pode ser usada somente em notas de rodapé – Exemplos:

1 Cf. DIAS GOMES, 1999, p.76-99
 2 Cf. nota 1 deste capítulo

- **et. seq.** (sequentia) - (seguinte ou que se segue - usada quando não se quer citar todas as páginas da obra referenciada) - Expressão latina que pode ser usada somente em notas de rodapé – Exemplos:

1 DIAS GOMES, 1999, p.76 et seq.
 2 FOUCAULT, 1994, p. 17 et. seq.

III. MONOGRAFIA

Neste capítulo você encontrará as informações necessárias a respeito de uma monografia. Os parâmetros aqui apresentados tanto servirão para trabalhos semestrais, quanto para os que são apresentados ao final de cursos de graduação e pós-graduação (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso). (Ver modelo no **Anexo 13**)

A monografia é o trabalho mais requisitado nos cursos universitários. Trata-se de um relatório resultante de uma pesquisa, sobretudo, de caráter bibliográfico onde o estudante deve demonstrar habilidade para ler, interpretar e comparar o pensamento de diferentes autores. No decorrer de um curso superior não é exigido do aluno/a que produza teses originais, mas que tenha capacidade de ler criticamente textos e que saiba escrever com clareza acerca do que leu.

A monografia é estruturada de forma simples: introdução, desenvolvimento e conclusão. Abaixo segue uma descrição breve de cada tópico.

A introdução é a parte inicial do trabalho e cumpre quatro funções: 1) falar sobre como se deu a aproximação do autor/a do objeto de pesquisa; 2) tecer algumas considerações sobre a natureza do fenômeno/objeto pesquisado; 3) oferecer espaço para esclarecimentos quanto à delimitação (temática, espacial, temporal, teórica ...) do assunto abordado e 4) apresentar de forma breve o que se pretende desenvolver no corpo do trabalho.

A introdução é sucedida pelo desenvolvimento, que é a redação do trabalho em si. O corpo de uma monografia é sempre formado de capítulos. Cada capítulo deve ser um desenvolvimento do tema/título do trabalho e deve ter uma relação equilibrada de proporção com os demais. Uma dificuldade que os alunos/as sempre encontram é a de delimitar bem o trabalho de modo que contenha apenas um tema e não vários. Outra dificuldade é atentar para que cada capítulo tenha uma relação com o outro e seja um desdobramento do mesmo tema.

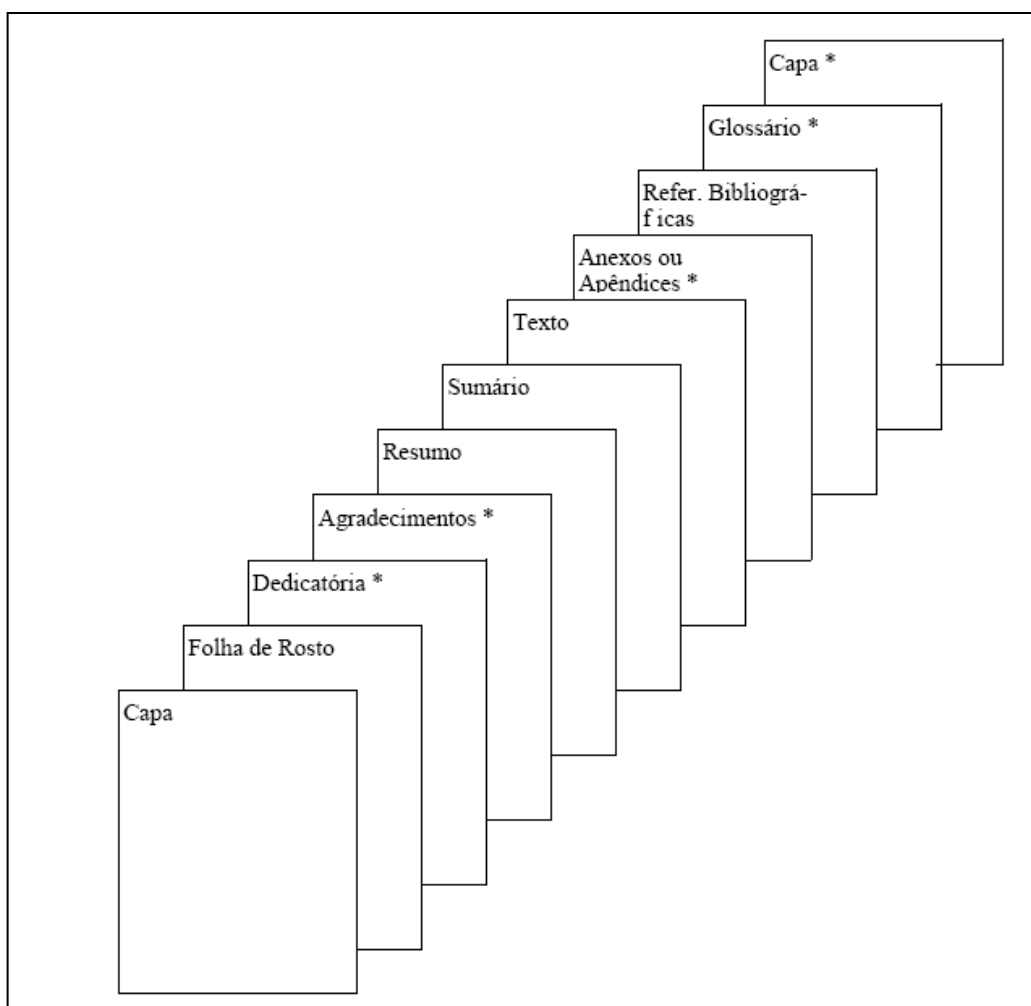
A parte final da monografia é a conclusão. Algumas pessoas não gostam de tirar conclusões e preferem chamar esta parte de **considerações finais**. O que importa é que ela deve:

- Fazer uma síntese final sobre o assunto abordado;
- Ressaltar os aspectos mais importantes da análise feita no corpo do trabalho e
- Apontar para pesquisas que poderiam ser realizadas a partir de lacunas e limites existentes no presente trabalho.

1. Formato da Monografia

- Capa
- Folha de rosto
- Dedicatória (*)
- Agradecimentos (*)
- Resumo
- Sumário
- Texto: introdução; desenvolvimento; conclusões e recomendações
- Anexos ou apêndices (*)
- Referências bibliográficas
- Glossário (*)
- Capa (*)

(*) Elementos adicionados de acordo com as necessidades (opcionais). Os demais elementos são obrigatórios.



2. Formas e Estilos

A Monografia deve obedecer aos critérios de formas e estilos explicitados no capítulo I e no apêndice.

IV. DISSERTAÇÃO

Neste capítulo você encontrará as informações necessárias a respeito de uma dissertação. A estrutura da dissertação deverá ter a seguinte apresentação:

1. Formato da Dissertação

- Capa
- Folha de rosto
- Dedicatória (*)
- Agradecimentos (*)
- Resumo
- Sumário
- Texto: introdução; desenvolvimento; conclusões e recomendações
- Anexos ou apêndices (*)
- Referências bibliográficas
- Glossário (*)
- Capa (*)

(*) Elementos adicionados de acordo com as necessidades (opcionais). O demais elementos são obrigatórios.

2. Formas e Estilos

A dissertação deve obedecer aos critérios de formas e estilos explicitados no capítulo I e no apêndice.

V. PROJETO MINISTERIAL

O Projeto Ministerial é designado para os estudantes dos programas de pós-graduação com ênfase na dimensão prática do ministério pastoral.(ver modelo no **Anexo 11**)

1. Requerimentos Acadêmicos

O Projeto deve ser concebido e desenvolvido sob a supervisão de um supervisor.

2. Exemplos de Títulos de Projeto Ministerial

- Uma Estratégia de Discipulado para a Igreja Batista do Morumbi
- Integrando Novos Membros na Comunidade Nova Vida
- Desenvolvendo a Consciência Missionária da Igreja Presbiteriana do Jabaquara
- Programa de Crescimento Integral da Igreja Presbiteriana Filadélfia
- Formando Líderes Fiéis e Eficazes para a 2a Igreja Metodista

O Projeto Ministerial, como exemplificado nos títulos acima, é uma proposta prática, cujo foco central é a própria comunidade local.

3. Formato do Projeto Ministerial

- Capa
- Folha de rosto
- Dedicatória (*)
- Agradecimentos (*)
- Resumo
- Sumário
- Texto: introdução; desenvolvimento; conclusões e recomendações
- Anexos ou apêndices (*)
- Referências bibliográficas
- Glossário (*)
- Capa (*)

(*) Elementos adicionados de acordo com as necessidades (opcionais). Os demais elementos são obrigatórios.

4. Formas e Estilos

Todas as formas e estilos devem obedecer aos critérios explicitados no capítulo I e no apêndice.

VI. MATERIAL DIDÁTICO

O Material Didático é designado para os estudantes dos programas de pós-graduação com ênfase na dimensão prática do ministério pastoral.

1. Requerimentos Acadêmicos

O Projeto deve ser concebido e desenvolvido sob a supervisão de um supervisor.

2. Exemplos de Títulos de Material Didático

- Guia de Discipulado e Maturidade Cristã
- Guia Prático para Evangelismo Pessoal
- Manual para Novos Membros
- Guia Prático para Descobrir e Desenvolver os Dons Espirituais
- Modelos Práticos para Ministério Urbano
- Manual para Grupos de Crescimento/Células

O Material Didático, como exemplificado nos títulos acima, é uma proposta prática, cujo foco central é preparar um material que servirá como *Manual de Treinamento* ou *Guia de Estudo* para a pessoa ou a comunidade local. Para isso, propomos o formato que segue.

3. Formato do Material Didático

- Capa
- Folha de rosto
- Dedicatória (*)
- Agradecimentos (*)
- Resumo
- Sumário
- Texto: introdução; desenvolvimento; conclusões e recomendações
- Anexos ou apêndices (*)
- Referências bibliográficas
- Glossário (*)
- Capa (*)

(*) Elementos adicionados de acordo com as necessidades (opcionais). Os demais elementos são obrigatórios.

4. Formas e Estilos

Todas as formas e estilos devem obedecer aos critérios explicitados no capítulo I e no apêndice.

VII. PROJETO DE PESQUISA

Neste capítulo você encontrará as informações necessárias visando a construção do seu Projeto de Pesquisa. (ver modelo no **anexo 12**)

1. Que é pesquisar?

Na linguagem cotidiana, pesquisar pode significar apenas “fazer um trabalho escolar”, ou seja, procurar textos que possam ser juntados, copiados e colocados sob um título dado pela professora ou professor. Mais recentemente, também se usa o verbo “pesquisar” como sinônimo de “fazer uma busca” na internet, por exemplo. Esses dois usos indicam uma noção não-científica ou não-acadêmica da pesquisa. No estudo acadêmico, inclusive no estudo da teologia, “pesquisar” tem um significado bem mais específico do que esses usos mais populares (ou “escolares”) do termo.

Pesquisar, academicamente falando, significa *resolver problemas relativos a um objeto, ou tema, mediante procedimento cientificamente estabelecido*. Detalhemos esta definição, de trás para frente:

(1) Por “procedimento cientificamente estabelecido” se entende o seguinte conjunto de atributos:

- (a) uma teoria científica que visa explicar aspectos delimitados da realidade;
- (b) uma metodologia de trabalho coerente com a teoria explicativa;
- (c) o exame detalhado do objeto de estudo – a partir da teoria e da metodologia – com vistas a estabelecer um problema ou problemas que possam ser cientificamente resolvidos;
- (d) a formulação de hipóteses (soluções prévias, preliminares) para solução dos problemas estabelecidos;
- (e) apresentação de evidências e argumentos que dêem validade às hipóteses formuladas para a resolução dos problemas;

(2) Por “objeto, ou tema” se entende um recorte da realidade feito mediante o “procedimento cientificamente estabelecido”. Ou seja, quando alguém começa a “pesquisar”, já tem um certo *objeto* (ou tema, na terminologia mais corriqueira) que, normalmente, é construído a partir da experiência, ou do contexto de quem pesquisa. Essa primeira intuição a respeito do objeto precisará ser transformada em uma definição científica do *objeto*. Por exemplo, alguém poderá se interessar pelo tema “crescimento da igreja”, mas deverá perceber que esse “tema” ainda não é um *objeto* ou *tema* científico, próprio para uma pesquisa. Para que esse tema se transforme em *objeto*, é necessário que a pessoa interessada:

- (a) o defina a partir de uma teoria do crescimento da igreja e sua metodologia correspondente, que implica em delimitar com a maior especificidade possível o *objeto*;
- (b) que o objeto seja descrito na sua abrangência mais adequada, dentro da delimitação proposta, de forma que todos os ângulos relevantes do objeto sejam percebidos: ângulos geográfico, político, cultural, religioso, histórico, tecnológico, etc. - de modo tal que problemas possam ser estabelecidos. Em outras palavras, para que você formule um problema acadêmico é necessário que você conheça suficientemente bem a(s) disciplina(s) científica dentro da qual esse tema deverá ser estudado;

(3) Por “resolver problemas” entende-se a seleção, dentre os vários ângulos da descrição do objeto, a partir da teoria e método escolhidos, de aspectos, dificuldades, limites ou possibilidades do objeto, que possam ser resolvidos com a ajuda da teoria e do método

escolhidos. Os problemas estabelecidos deverão receber *hipóteses* correspondentes – ou seja, para cada problema, pelo menos uma hipótese, coerente com o problema, a teoria e o método.

Hipótese é uma possível solução para o problema, que será confirmada, ou não, após a conclusão da pesquisa.

Um problema pode ser considerado cientificamente resolvido quando, após a pesquisa, formos capazes de reformular nossas crenças (idéias, conceitos, opiniões) sobre o objeto, de modo que:

(a) expliquemos de forma convincente a nossa proposta de solução do problema – isto é, que mostremos quais são os argumentos e evidências que justificam nossa proposta;

(b) nossa ação para resolver o problema seja mais efetiva e adequada; e

(c) a comunidade acadêmica reconheça que nossa proposta de solução represente, de fato, um *avanço* em nosso conjunto de conhecimentos sobre o objeto estudado, dentro dos limites e possibilidades da teoria e metodologia propostas.

No caso da pesquisa teológica, a tradição acadêmica optou por organizar a área de estudos em quatro grandes sub-áreas: Teologia Sistemática; Teologia Bíblica; Teologia Histórica e Teologia Prática.

A sub-área da Teologia *Sistemática* desenvolveu-se como uma reflexão sistemática sobre as doutrinas da fé cristã, formulada em diálogo com a Filosofia e outras ciências humanas, visando a elaboração de grandes compêndios sistemáticos, coerentemente organizados e abrangendo todo o universo do saber teológico. Atualmente, questiona-se a possibilidade de formular sistemas completos e fechados, mas mantém-se a área *sistemática* como a área mais teórica da tradição acadêmica teológica. Possui várias vertentes de pesquisa: estudo de doutrinas ou dogmas, formulação de conceitos teológicos, estudos da relação entre teologia e outras ciências, etc.

A sub-área da Teologia *Histórica* sempre foi vista como área *auxiliar*, a serviço da construção dos grandes sistemas teológicos ou doutrinários, embora tal perspectiva esteja sendo desafiada mais recentemente. Nos inícios da pesquisa teológica acadêmica, seu parceiro privilegiado de diálogo era a história da filosofia, e visava uma ordenação cronológica e temática progressiva do saber teológico – no meio acadêmico – permitindo, assim, a distinção entre *verdades* teológicas racionais e *crenças* religiosas. Atualmente, a sub-área é mais abrangente, e inclui distintas vertentes de pesquisa, ligadas tanto à história das igrejas, quanto à história do pensamento cristão.

A sub-área da Teologia *Bíblica* é comparativamente mais recente do que as duas acima, mas no século XX passou a ser exercida com grande autonomia e a disputar com a Sistemática o papel de rainha das disciplinas teológicas. Esta sub-área também tem suas subdivisões, tais como a exegese, a introdução à Bíblia (em sentido lato, incluindo geografia, arqueologia e história dos tempos bíblicos), e a teologia bíblica propriamente dita.

A sub-área da Teologia *Prática* tradicionalmente ocupava o último lugar em termos de importância no campo da teologia acadêmica. Foi, quase sempre, exercida como uma aplicação da teologia sistemática (ou, mais recentemente, da bíblica), derivando daquela as suas temáticas e metodologias – ou seja, era quase que uma tecnologia teológica. Nos últimos cinquenta anos a situação mudou, e a Teologia Prática passa a disputar espaço com as demais disciplinas teológicas e se constituir autonomamente, desenvolvendo sua metodologia e objetivos específicos. Também possui diversas vertentes de pesquisa: missiologia, teologia do ministério, homilética, etc.

Isto nos mostra que, ao pensarmos em uma *pesquisa teológica*, a primeira grande definição (ou recorte disciplinar) que temos de fazer é a da sub-área em que nossa pesquisa se encaixa. A partir dessa definição, poderemos escolher a teoria e a metodologia que irão nos ajudar a formular os problemas e hipóteses da pesquisa. Se pensamos na resolução dos problemas, a validade de nossa proposta deverá ser testada a partir dos tipos de argumento e

evidências aceitos como padrão para cada sub-área da ciência teológica e suas vertentes específicas. Por fim, esta primeira grande definição também nos ajudará a estabelecer os parâmetros da “revisão da literatura” que deve ser feita para a elaboração do projeto de pesquisa.

Na prática, isto quer dizer que, para você poder formular um projeto de pesquisa, *antes* deverá conhecer o mais amplamente possível a *sub-área* da teologia na qual se insere o seu tema, de modo que você possa transformá-lo em *objeto* de pesquisa, *problematizá-lo* e formular *hipóteses* para a solução dos problemas estabelecidos, dentro dos padrões de evidência e argumentação apropriados à sub-área escolhida.

Uma última questão nos parece importante: a pesquisa teológica, em qualquer das suas sub-áreas, é, por natureza, multi-disciplinar. As diversas vertentes da pesquisa teológica, todas, têm em comum o fato de que envolvem sempre mais de uma área do saber, o que lhes confere uma dose elevada de *complexidade* (complexo é o oposto de *simples*, que só tem um ponto de vista. Uma realidade complexa possui várias dimensões, pode ser analisada sob vários pontos de vista). Isto exige muito cuidado da parte de quem pesquisa, para que não se torne um impedimento à pesquisa, impedimento causado pelo excesso de dados, teorias, argumentos e evidências a serem trazidos para a resolução do problema. A seguir, você encontrará uma descrição específica do “Projeto de Pesquisa” que deverá formular para a escola, de modo que possa realizar a pesquisa pretendida.

2. Os trabalhos exigidos nos cursos de pós-graduação

Os objetivos fundamentais dos cursos de pós-graduação são formar docentes de cursos universitários e preparar pesquisadores profissionais gabaritados. Para a realização de seus objetivos, os trabalhos de pós-graduação exigem do aluno/a rigor, seriedade, metodicidade e sistematização de procedimentos.

Há níveis diferentes de pesquisa de pós-graduação (mestrado, doutorado, livre docência), mas em todos se exige que a produção escrita tenha um caráter pessoal e demonstre autonomia, criatividade e rigor acadêmico.

Severino explica com detalhes o significado de cada uma das características acima mencionadas:

- Um trabalho apresenta marca de personalidade quando a temática demonstra fazer parte da vida do pesquisador/a;
- Autonomia implica que o trabalho seja resultado do esforço próprio de seu autor/a;
- Um texto criativo demonstra que seu autor/a pode contribuir de forma original para o avanço da pesquisa em sua área de interesse e
- O rigor significa que o estudante de pós-graduação não pode se conformar com a mediocridade acadêmica, nem com explicações óbvias e simplistas dos fenômenos.

Cada degrau da vida de um pós-graduando/a tem dificuldades e desafios que são proporcionais ao seu estágio de maturidade intelectual. Não se pode exigir da dissertação de mestrado o mesmo nível de originalidade de uma tese de doutorado ou livre-docência, uma vez que o pesquisador/a se encontra em uma fase inicial de treino de suas habilidades acadêmicas.

A atividade acadêmica é marcada pelo rigor metodológico e teórico, o que significa que o pesquisador/a deve atentar para os dados empíricos coletados no seu campo de estudo tanto quanto para as discussões teóricas sobre o assunto.

3. O processo de orientação

A relação entre o orientando/o e seu orientador/a deveria ter um caráter educacional de troca de experiências e de interação. Todavia, muitas vezes, a relação se torna tumultuada, complexa. Em algumas ocasiões o orientando/a tem que trabalhar debaixo de um rígido esquema imposto por seu orientador/a, outras vezes é deixado de lado sem nenhuma orientação. Ambas as formas criam problemas para o orientando/a. O ideal seria que o orientador pudesse encontrar um meio termo entre o rigor e a flexibilidade.

O papel do orientador/a é o de sugerir pistas, testar opções feitas pelo orientando/a, clarear caminhos, apontar pontos fracos e lacunas. Uma dificuldade que o orientador/a encontra muitas vezes é a indisposição de seu orientando/a em aceitar suas sugestões. Se o orientador/a exerce este papel é porque deve estar suficientemente habilitado para isso, parecendo razoável e seguro seguir suas sugestões. Muitas pessoas sentem dificuldades em ser dirigidas por outras, problema que precisa ser administrado com sabedoria e humildade.

O processo de orientação é marcado por uma constante interação e aprendizagem mútua.

A diferença entre orientador/a e orientando/a é apenas de grau de experiência como pesquisador/a. Nesta relação podem estar presentes atividades interativas, como leituras e discussões, apresentação de sugestões e críticas, sem que nada seja imposto, mas esclarecido e proposto.

4. A Escolha do Tema

O objetivo de escolher um tema para a pesquisa implica em ser restrito (específico) o suficiente para ser bem feito e ao mesmo tempo amplo (geral) para ser significante. Para isso, é indispensável que a/o pesquisador/a defina o tema da pesquisa logo no início do curso. Cada disciplina deve servir de suporte para os capítulos da dissertação.

Existem dois fatores principais que interferem na escolha de um tema:

4.1. Fatores Internos

- Afinidade em relação a um tema ou alto grau de interesse pessoal
- Tempo disponível para a realização do trabalho de pesquisa
- Os limites e as habilidades do pesquisador/a em relação ao tema pretendido (habilidades pessoais)
- Relação com seu ministério pessoal

4.2. Fatores Externos

- A relevância do tema escolhido, sua novidade, sua oportunidade e seus valores acadêmicos e sociais
- O limite de tempo disponível para a conclusão do trabalho
- Material de consulta e dados necessários ao pesquisador/a
- Recursos financeiros

Resumindo, leve em consideração:

- Assunto
- Geografia

- Tempo requerido
- Dados estatísticos
- Fontes disponíveis
- Habilidades pessoais e pré-conhecimento pessoal sobre o assunto
- Acesso às fontes primárias e secundárias (arquivos, entrevistas, bibliotecas, etc)

5. A Estrutura do Projeto de Pesquisa

O Projeto de Pesquisa *deve conter* a seguinte estrutura:

1. Contexto
2. Propósito
3. Problemas e hipóteses
4. Perguntas da pesquisa
5. Delimitações do objeto
6. Relevância
7. Referencial teórico
8. Bibliografia preliminar

Vejamos cada item em particular.

5.1. Contexto

A descrição do contexto do estudo proporciona uma *justificativa* para o estudo e também a perspectiva para entender de onde surge o tema. O contexto demonstra a realidade a qual o estudo leva em consideração.

Na descrição do contexto você deve indicar sua história de vida e como este tema surge em decorrência das preocupações e como o tema está relacionado à sua vida e ministério.

5.2. Propósito

O propósito de um projeto de pesquisa endereça o *objetivo* ou a *intenção* do estudo. O propósito proporciona a direção da pesquisa. Ele está relacionado ao problema ou a tese a ser focalizada. A diferença entre o propósito e problema são as variáveis e relacionamentos contidos no problema. O propósito responde a seguinte pergunta, “Por que este estudo deve ser feito?” O propósito indica o resultado geral e o problema, as questões particulares a serem estudadas. A definição do propósito determina o que o(a) pesquisador(a) quer atingir com a realização do trabalho de pesquisa.

Exemplo: O propósito desta pesquisa é *analisar* a inserção do pentecostalismo no norte do Paraná de 1910 a 1970.

5.3. Problemas e hipóteses

O problema é a mola propulsora, sendo o *foco central da pesquisa*. Depois de definido o tema, elabora-se algumas questões para serem respondidas através de hipóteses, que serão confirmadas ou negadas através do estudo.

Hipótese é sinônimo de suposição. Neste sentido é uma afirmação categórica, que tente responder ao problema levantado no tema escolhido para pesquisa. O trabalho de pesquisa, então, irá confirmar ou negar a hipótese levantada.

5.4. Perguntas da Pesquisa

Todo problema implica em algum tipo de resposta. Por isso, é necessário fazer perguntas para resolver o problema, usando não menos do que três e talvez não mais do que cinco perguntas. Essas perguntas devem ser compreensivas, ou seja, devem cobrir todas as questões levantadas pelo problema. Cada pergunta deve ser exclusiva – não duplicar a outra. Também, cada pergunta deve obter apenas UMA pergunta em cada sentença.

5.5. Delimitações

A delimitação consiste nos limites estabelecidos na pesquisa. Defina o que será incluído e excluído. As delimitações podem ser expressas em forma de tempo, lugar, números etc. Não confunda delimitação com limitação. Delimitação refere-se às “bordas” da pesquisa.

5.6. Relevância

Toda pesquisa deve mostrar sua relevância. Em nosso caso ela deverá ser relevante em três áreas: pessoal-ministerial, comunidade (igreja ou sociedade) e avanço científico.

- *Pessoal-ministerial*: Descreva qual será a relevância da pesquisa para a sua vida e ministério. Como a pesquisa irá contribuir para o seu crescimento pessoal e ministerial.
- *Comunitária*: Descreva qual será a relevância da pesquisa para a igreja ou sociedade. Como a pesquisa contribuirá para a missão da igreja em seu contexto. Se for algo que vise a sociedade em geral, qual será a sua contribuição.
- *Acadêmica*: Descreva qual será a relevância da pesquisa para o avanço científico. Você pretende apresentar uma nova teoria, nova práxis? Como a pesquisa contribuirá para o avanço da missiologia, da pastoral, antropologia etc.

5.7. Referencial teórico

O *referencial teórico* da pesquisa consiste na explicação rigorosa dos fundamentos epistemológicos da resolução do problema ou problemas da pesquisa. Epistemologia é o ramo da filosofia que trata dos aspectos teóricos e metodológicos das diversas ciências – discute quais são os critérios, os conceitos, as categorias, os procedimentos de investigação, descoberta e avaliação das soluções para os problemas do objeto da pesquisa. Embora haja várias maneiras adequadas de construir o referencial teórico, apresentamos a seguir uma descrição que, em nossa experiência acadêmica, tem se mostrado mais clara e mais útil para a pesquisa no campo da teologia. Entendemos que é importante distinguir os diversos componentes, ou dimensões do referencial teórico, pois há muita confusão entre os mesmos em diferentes manuais de metodologia da pesquisa. O próprio nome da disciplina “Metodologia” da Pesquisa já indica essa confusão, pois não se trata, nesta disciplina, apenas de “métodos” de pesquisa, mas das várias dimensões do referencial teórico, além de questões outras vinculadas ao relatório da pesquisa, sua apresentação, etc.

Um referencial teórico possui quatro dimensões: (1) teoria, propriamente dita; (2) perspectiva ou interesse; (3) enfoque disciplinar; e (4) metodologia.

5.7.1. Teoria

Teoria, que neste caso pode ser usado como sinônimo do termo *paradigma*, é um conjunto de conceitos e categorias abstratas que sintetizam e explicam um grande segmento da realidade pesquisável. Cada disciplina científica (ou ciência) tem desenvolvido, ao longo de sua história, diferentes teorias explicativas dos seus objetos de pesquisa – dentre as quais, diversas podem ser igualmente viáveis, inúmeras podem ser inviáveis, desatualizadas, insuficientes, etc. Não podemos confundir *teoria* com conceitos de uma ciência: Trindade não é uma *teoria* teológica, mas um conceito. Em Teologia Sistemática, por exemplo, há várias teorias – a histórico-salvífica, a existencialista, a pós-moderna, a teologia *pública*, etc. Em Exegese também há várias teorias: históricas, literárias, semióticas, estruturalistas, etc. Uma característica das teorias é que elas não podem ser, nem provadas verdadeiras, nem provadas falsas. Seu grau de generalização é tão amplo, que não podem ser verificadas cientificamente. Sua validade só pode ser medida pela eficácia explicativa dos objetos e fenômenos sob investigação, mas mesmo esta validação não se pode efetuar com plena certeza.

5.7.2. Perspectiva

Perspectiva (ou *interesse*) refere-se ao posicionamento sócio-pessoal do/a pesquisador/a diante do objeto a ser investigado. A perspectiva é um primeiro afunilamento da *teoria*. Ainda é bastante genérica, mas tem maior especificidade do que a teoria. As perspectivas podem ser variadas e igualmente válidas, e refletem o compromisso ético e político da própria pesquisa. Em alguns manuais de metodologia pode-se encontrar esta dimensão com o termo “ideologia”, em outros, com o termo “interesse” (este termo, geralmente, é derivado da obra de J. Habermas, intitulada *Conhecimento e Interesse*). Exemplos de perspectiva são: libertadora, feminista, evangélica, conservadora, progressista, democrática, confessional.

5.7.3. Enfoque disciplinar

Refere-se ao recorte acadêmico mais específico da pesquisa, delimitado conforme as disciplinas acadêmicas reconhecidas. Por exemplo: pode-se escrever uma dissertação exegética a partir da teoria semiótica do sentido, com uma perspectiva evangélica e um enfoque disciplinar “histórico”, ou “sociológico”, ou “antropológico”, ou “literário”. Pode-se escrever uma dissertação ou monografia de Teologia Sistemática com enfoque “político”, “filosófico”, “histórico”, etc.

5.7.4. Metodologia

Refere-se ao conjunto de procedimentos usados para a investigação específica do objeto da pesquisa. A metodologia precisa ser adequada ao objeto, derivada do enfoque disciplinar, e coerente com a perspectiva e a teoria adotadas no projeto. Metodologia, ou método, é uma ferramenta e sua validade depende da capacidade de efetivamente resolver o(s) problema(s) proposto(s). Você não usaria uma chave de fenda para pregar um prego, nem um alicate para trocar um pneu. Assim também, o método usado na pesquisa precisa ser, de fato, apropriado ao objeto pesquisado. Exemplos de método são, na exegese: histórico-crítico, histórico-gramatical, filológico, semiótico-greimasiano, etc. Exemplos de método na Teologia Prática são: entrevistas, estudos de caso, pesquisa de campo, etc. Existe, é claro, na terminologia acadêmica, algum sincretismo – palavras que denominam teorias e também

podem servir para denominar métodos, e vice-versa. Em exegese, por exemplo, usam-se os termos “método histórico-crítico” e “método histórico-gramatical” no sentido mais amplo de “referencial teórico” com mais de uma dimensão. Para cada tipo de objeto a ser pesquisado há uma série de procedimentos metodológicos que se adaptam melhor à sua natureza. O pesquisador ou pesquisadora deve procurar não se pautar apenas por procedimentos metodológicos que tenham sido utilizados por outras pessoas, mas precisa adaptar metodologias, de forma criativa, ao seu objeto. Quanto mais rigor e consciência no uso de metodologias, melhor para a execução da pesquisa, uma vez que não há trabalho acadêmico que não use determinados procedimentos metodológicos, apenas trabalhos cuja metodologia não foi devidamente racionalizada e explicitada.

Vários autores confundem o termo *método* com o termo *teoria*, outros usam a palavra método para se referir a todo o conjunto do referencial teórico. Não é indispensável o acordo com relação aos termos usados. É importante, sim, a percepção de que um referencial teórico é uma realidade complexa que pode ajudar ou atrapalhar a pesquisa, conforme sua apropriação ou não ao objeto investigado. No seu Projeto de Pesquisa deve constar, portanto, a descrição das quatro dimensões de seu referencial teórico, mesmo que a terminologia aqui usada não seja empregada por você ou por sua escola.

5.8. Bibliografia preliminar

Antes de elaborar um projeto de pesquisa, é necessário fazer o levantamento da literatura já existente sobre o tema a ser analisado. Consiste na localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. Esse levantamento é realizado junto às bibliotecas ou serviços de informações existentes (internet, jornais, arquivos e outras fontes).

Determine com antecedência que bibliotecas, agências governamentais ou particulares, instituições, indivíduos ou acervos deverão ser procurados.

Esteja preparado para copiar os documentos, seja através de xerox, fotografias ou outro meio qualquer.

Separe os documentos recolhidos de acordo com os critérios de sua pesquisa. O levantamento de literatura pode ser determinado em dois níveis:

- Nível geral do tema a ser tratado. Relação de todas as obras ou documentos sobre o assunto.
- Nível específico a ser tratado. Relação somente das obras ou documentos que contenham dados referentes à especificidade do tema a ser tratado.

6. Coletas de Dados

Existem pelo menos três técnicas tradicionais na coleta de dados: questionário, entrevista e observação.

6.1. Questionário

- O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante.
- A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem do grupo (grupo de surfistas, por exemplo).

- Todo questionário a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste, num universo reduzido, para que se possam corrigir eventuais erros de formulação.

A Carta Explicação deve conter:

- A proposta da pesquisa
- Instruções de preenchimento
- Instruções para devolução
- Incentivo para o preenchimento e
- Agradecimento

Para que as respostas possam ter maior significação é interessante não identificar diretamente o respondente com perguntas do tipo NOME, ENDEREÇO, TELEFONE etc., a não ser que haja extrema necessidade, como para selecionar alguns questionários para uma posterior entrevista (trataremos das técnicas de entrevistas posteriormente).

A criação dos itens do formulário segue as regras abaixo.

Formulário de itens sim-não, certo-errado e verdadeiro-falso;

Ex.: Trabalha? () Sim () Não

Respostas livres, abertas ou curtas;

Ex.: Bairro onde mora: _____

Formulário de múltipla escolha;

Ex.: Renda Familiar:

- () Menos de 1 salário mínimo
- () 1 a 3 salários mínimos
- () 4 a 6 salários mínimos
- () 7 a 11 salários mínimos
- () Mais de 11 salários mínimos

Questões mistas.

Ex.: Quem financia seus estudos?

- () Pai ou mãe
- () Outro parente
- () Outra pessoa
- () O próprio aluno

Outro: _____

6.2. Entrevista

É necessário ter um plano de entrevista para que no momento em que ela esteja sendo realizada as informações necessárias não deixem de ser colhidas.

As entrevistas podem ter o caráter exploratório ou ser de coleta de informações. Se a de caráter exploratório é relativamente estruturada, a de coleta de informações é altamente estruturada.

Procure selecionar pessoas que realmente têm o conhecimento necessário para satisfazer suas necessidades de informação.

Prepare com antecedência as perguntas a serem feitas ao entrevistado e a ordem em que elas devem acontecer.

Procure realizar uma entrevista com alguém que poderá fazer uma crítica de sua postura antes de se encontrar com o entrevistado de sua escolha.

Estabeleça uma relação amistosa e não trave um debate de idéias.

Não demonstre insegurança ou admiração excessiva diante do entrevistado para que isto não venha prejudicar a relação entre entrevistador e entrevistado.

Deixe que as questões surjam naturalmente evitando que a entrevista assuma o caráter de uma inquisição ou de um interrogatório policial, ou ainda que a entrevista se torne um "questionário oral".

Seja objetivo, já que entrevistas muito longas podem se tornar cansativas para o entrevistado.

Procure encorajar o entrevistado para as respostas evitando que ele se sinta falando sozinho.

Vá anotando as informações do entrevistado, sem deixar que ele fique esperando sua próxima indagação enquanto você escreve.

Caso use um gravador, não deixe de pedir permissão para usá-lo. Lembramos que o uso do gravador pode inibir o entrevistado.

Mesmo tendo gravado procure fazer um relatório o mais cedo possível.

6.3. Observação

Antes de iniciar o processo de observação procure examinar o local. Determine que tipos de fenômenos merecerão registros.

Crie, com antecedência, uma espécie de lista ou mapa de registro de fenômenos. Procure estipular algumas categorias dignas de observação.

Esteja preparado para o registro de fenômenos que surjam durante a observação, os quais não eram esperados no seu planejamento.

Para realizar registros iconográficos (fotografias, filmes, vídeos etc.), caso o objeto de sua observação sejam indivíduos ou grupos de pessoas, prepare-os para tal ação. Eles não devem ser pegos de surpresa.

Procure fazer um relatório o mais cedo possível.

7. Análise dos Dados

As fontes de pesquisa podem ser primárias ou secundárias.

As fontes primárias são os documentos que gerarão análises para posterior criação de informações. Podem ser decretos oficiais, fotografias, cartas, artigos etc.

As fontes secundárias são as obras nas quais as informações já foram elaboradas (livros, apostilas, teses, monografias, por exemplo).

Sugestões para análise de documentos:

- Locais de coletas: Determine com antecedência que bibliotecas, agências governamentais ou particulares, instituições, indivíduos ou acervos deverão ser procurados.
- Registro de documentos: Esteja preparado para copiar os documentos, seja através de xerox, fotografias ou outro meio qualquer.
- Organização: Separe os documentos recolhidos de acordo com os critérios de sua pesquisa.

A Internet representa uma novidade nos meios de pesquisa. Trata-se de uma rede mundial de comunicação, via computador, onde as informações são trocadas livremente entre todos. de comunicação, via computador, onde as informações são trocadas livremente entre todos.

Sem dúvida, a Internet representa uma revolução no que concerne à troca de informações. Mas, se ela pode facilitar a busca e a coleta de dados, ao mesmo tempo oferece alguns perigos; na verdade, as informações passadas por essa rede não têm critérios de manutenção de qualidade da informação.

Explicando melhor: qualquer um pode colocar sua *homepage* (ou sua Página) na rede. Vamos supor que um indivíduo coloque sua página na net (rede) e o objetivo seja falar sobre a História do Brasil: ele pode perfeitamente, sem que ninguém o impeça, dizer que o Brasil foi descoberto *por Diogo da Silva, no ano de 1325*. Sendo assim, devemos levar em conta que toda e qualquer informação colhida na Internet deverá ser confirmada antes de divulgada.

O Fichamento é uma parte importante na organização para a efetivação da pesquisa de documentos. Ele permite um fácil acesso aos dados fundamentais para a conclusão do trabalho.

Os registros e a organização das fichas dependerá da capacidade de organização de cada um. Os registros não são feitos necessariamente nas tradicionais folhas pequenas de cartolina pautada. Pode ser feita em folhas de papel comum ou, mais modernamente, em qualquer programa de banco de dados de um computador. O importante é que elas estejam bem organizadas e de acesso fácil para que os dados não se percam.

Existem três tipos básicos de fichamentos: o fichamento bibliográfico, o fichamento de resumo ou conteúdo e o fichamento de citações.

Ficha Bibliográfica é a descrição, com comentários, dos tópicos abordados em uma obra inteira ou parte dela e contém os seguintes itens:

- Título do trabalho
- Seção primária do trabalho
- Seção secundária e terciária do trabalho
- Numeração do item a que se refere o fichamento
- Comentários ou anotações do pesquisador sobre a obra registrada.

Ficha de Resumo ou Conteúdo é uma síntese das principais idéias contidas na obra. O pesquisador elabora esta síntese com suas próprias palavras, não sendo necessário seguir a estrutura da obra.

Existem dois tipos de resumos:

- Informativo: são as informações específicas contidas no documento. Nesta ficha pode-se relatar sobre objetivos, métodos, resultados e conclusões. Sua precisão pode substituir a leitura do documento original.

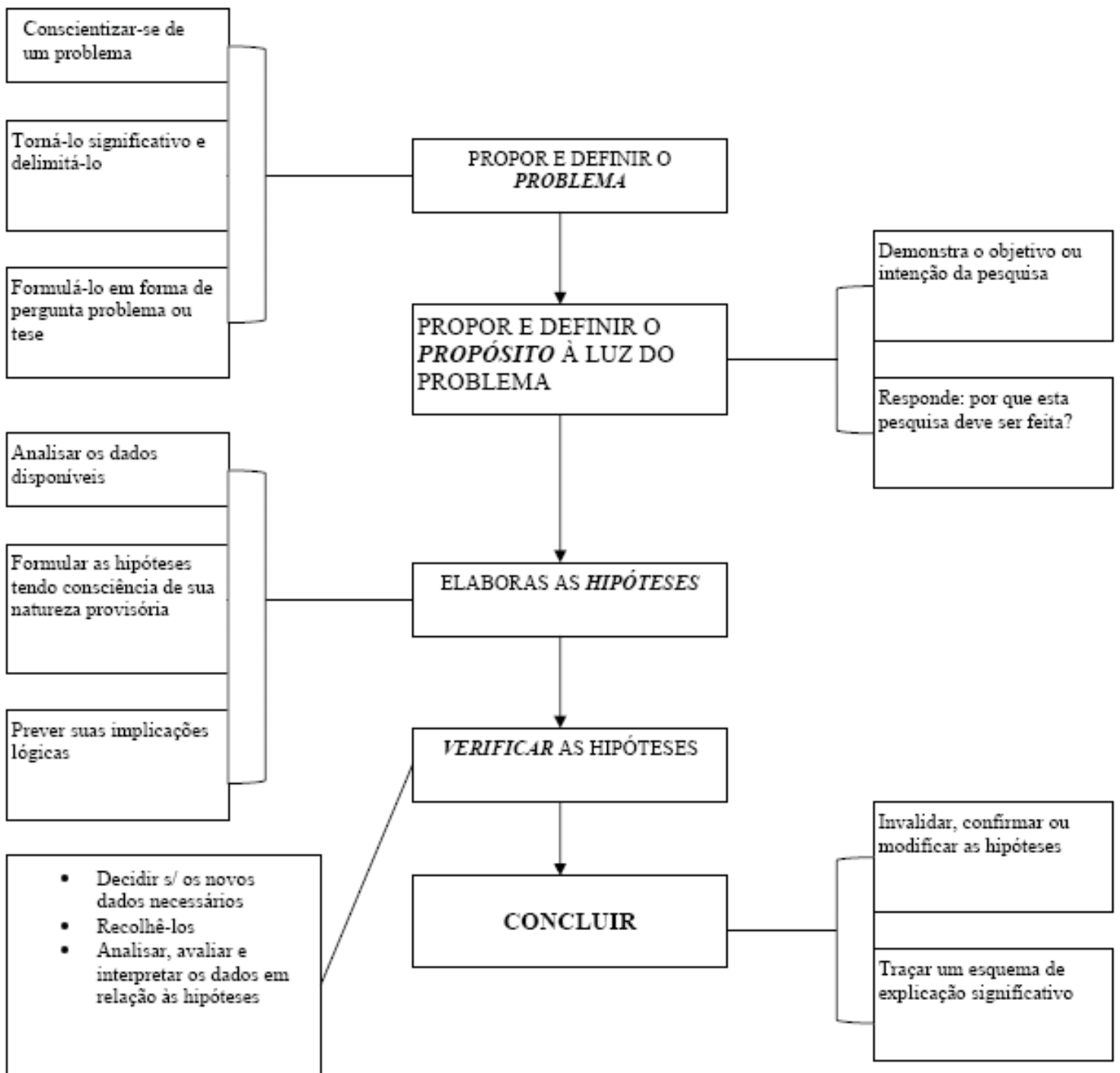
- Indicativo: são descrições gerais do documento, sem entrar em detalhes da obra analisada (o exemplo acima se refere a um resumo indicativo).

Ficha de Citações é a reprodução fiel das frases que se pretende usar como citação na redação do trabalho.

Muitos livros são escritos sobre a questão dos métodos de pesquisas. Entre eles destacamos:

1. VERA, A. A. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1976.
2. BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. 151 p.
3. GALLIANO, A. G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986. 200 p.
4. BASTOS, L. R. et ali. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
5. GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. 107 p.

VIII. PROCESSO DA PESQUISA



Fonte: Inspirado em Christian Laville e Jean Dionne, *A Construção do Saber*, Porto Alegre: Editoras UFMG, 1999. p. 47.

IX. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO DE PESQUISA

- COSENZA, G. *Revista Presença Mulher*. São Paulo, v. 6, n. 24, p. 6-7, jan./fev./mar., 1993.
- GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LOI, I. *A mulher*. São Paulo: Jabuti, 1988.
- MOTT, M. L. B. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- VERA, A. A. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1976.

ANEXOS

Aqui você encontrará os *modelos* que servirão de apoio e visualização do seu trabalho. Os anexos podem ser encontrados na seguinte ordem:

Anexo 1: Modelo de *Capa*

Anexo 2: Modelo de *Folha de Rosto*

Anexo 3: Modelo de *Dedicatória*

Anexo 4: Modelo de *Agradecimento*

Anexo 5: Modelo de *Resumo*

Anexo 6: Modelo de *Sumário*

Anexo 7: Modelo de Tabelas, Figuras e Mapas

Anexo 8: Modelo de Capítulo, Títulos e Subtítulos

Anexo 9: Modelo de *Resenha*

Anexo 10: Modelo de *Glossário*

Anexo 11: Modelo de *Proposta de um Projeto Ministerial*

Anexo 12: Modelo de *Proposta de um Projeto de Pesquisa*

Anexo 13: Modelo de *uma Monografia e ou TCC*

Anexo 1: Modelo de *Capa*

ANDERSON DE SOUZA

← Não Use Negrito

MONOGRAFIA EXEGÉTICA DE MIQUEIAS 3:1-12

← Use Negrito

São Paulo
2009

← Não Use Negrito

Anexo 2: Modelo de *Folha de Rosto*

ANDERSON DE SOUZA

Use **Negrito** no texto

MONOGRAFIA EXEGÉTICA DE MIQUEIAS 3:1-12

6 cm

Trabalho apresentado em cumprimento às exigências da disciplina de Teologia Bíblica no Novo Testamento do curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Teológica Servo de Cristo, ministrada pelo Prof^o Luiz Sayão.

Não Use **Negrito**

São Paulo
2009

Anexo 3: Modelo de *Dedicatória*



8 cm

DEDICATÓRIA

3 cm

Ao Prof. Robinson Jacintho de Souza,

2 cm



Pela sua dedicação e atenção e por ter investido em minha vida. Que Deus continue concedendo graça e discernimento em sua formação pastoral e teológica.



Anexo 4: Modelo de Agradecimento

AGRADECIMENTOS

3 cm

2 cm

A Deus, pelas suas infinitas misericórdias. Pelas vitórias a mim concedida e pela alegria que Ele colocou em meu coração durante todo o curso.

À Faculdade Teológica Servo de Cristo em sua visão de *preparar vidas para os desafios da missão urbana*, das quais eu sou uma delas.

Ao mestre e amigo, Prof. Ricardo Chen, capacitando-me na reflexão teológica pertinente ao contexto urbano.

Anexo 5: Modelo de *Resumo*

RESUMO

Souza, Robinson Jacintho de. *Análise Teológica e Historiográfica da Soteriologia a partir do Pacto de Lausanne até o CLADE IV e o CBE II*. Londrina, 2007. 20 p. (Ensaio Crítico produzido para o curso de Pós-Graduação da Faculdade Teológica Sul Americana).

Nos propomos a um estudo panorâmico da trajetória do tema teológico clássico da soteriologia, a partir do Pacto de Lausanne até o CLADE IV e CBE II, para tentarmos entender a “evolução” teológica que desembocou no que temos hoje acerca da teologia da missão integral nestes documentos. analisar um tema teológico contido nos pontos do pacto não é tarefa das mais fáceis. Não basta olhar simplesmente para a palavra “salvação” – “Nós (...) participantes do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, em Lausanne [1974], louvamos a Deus por sua grande salvação” - e afirmar que ali está contida implicitamente a teologia soteriológica do mesmo. Por outro lado, também é válido a afirmação que a partir dessa palavra podemos então chegar ao tema desejado, mas não é só isso. Para esta análise o objetivo maior é tentar encontrar por detrás das palavras o viés teológico ou ideológico que o autor, ou os autores, tinham em mente na realização da redação final do texto. Para Julio Zabatiero, essa é uma clara afirmação de identidade evangelical. Segundo ele, o pacto como um todo é um “relevante instrumento para a definição e renovação permanente da identidade evangélica”. Quando Stott vai comentá-lo, deixa transparecer claramente pelo conjunto semântico das palavras (pecado, perecer, salvação) a identidade evangélica que perfaz o pacto conforme comentamos. Segundo o teólogo Inglês Alister E. McGrath, o conceito de salvação é bastante complexo e pode estar ligado a diferentes significados. Quando nós lemos que devemos, como cristãos, “partilhar do interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo o tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita a imagem de Deus”, não estamos aqui vendo a própria ação salvífica contida na bíblia?

Palavras-chave: Soteriologia, salvação, Lausanne, CLADE e CBE.

Orientador: Prof. Marcos Orison

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
I. PROBLEMATIZAÇÃO NA CRISTOLOGIA.....	7
1.1. Subdivisão da Cristologia frente à Teologia.....	7
1.2. A função de Jesus na Problematização.....	9
1.3. A importância dos títulos cristológicos.....	11
II. MESSIAS, UM TÍTULO ADMIRÁVEL, DO JUDAÍSMO À CRISTOLOGIA.....	15
2.1. Nota introdutória.....	15
2.2. Raízes epistemológicas do título, o Messias no judaísmo.....	17
2.3. O Messias no judaísmo II, ascendência da esperança.....	19
2.3.1. A revolta, o modernismo X conservadorismo.....	22
2.4. O mistério messiânico.....	26
III. BASES BÍBLICO-TEOLÓGICAS DA EXPIAÇÃO COMO OBRA SALVÍFICA DO MESSIAS- CRISTO.....	30
3.1. Síntese da doutrina da expiação.....	32
3.2. Calvino e a obra expiatória.....	36
IV. EM BUSCA DE UMA CRISTOLOGIA SALVÍFICA-INTEGRAL E MESSIÂNICA PARA A REALIDADE LATINO AMERICANA E BRASILEIRA.....	40
4.1. Cristologia do mediador da salvação.....	42
4.2.1. A escatologia da interiorização.....	44
4.1.2. Ao invés de interiorização, ação terapêutica.....	48
Primeira Ação: Profética.....	50
Segunda Ação: Do Reino de Deus.....	54
Terceira Ação: Da Salvação/libertação.....	58
CONCLUSÃO.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	62

Anexo 7: Modelo de Tabelas, Figuras e Mapas

TABELAS, FIGURAS E MAPAS

Veja abaixo como as Tabelas, Figuras e Mapas devem ser usados.

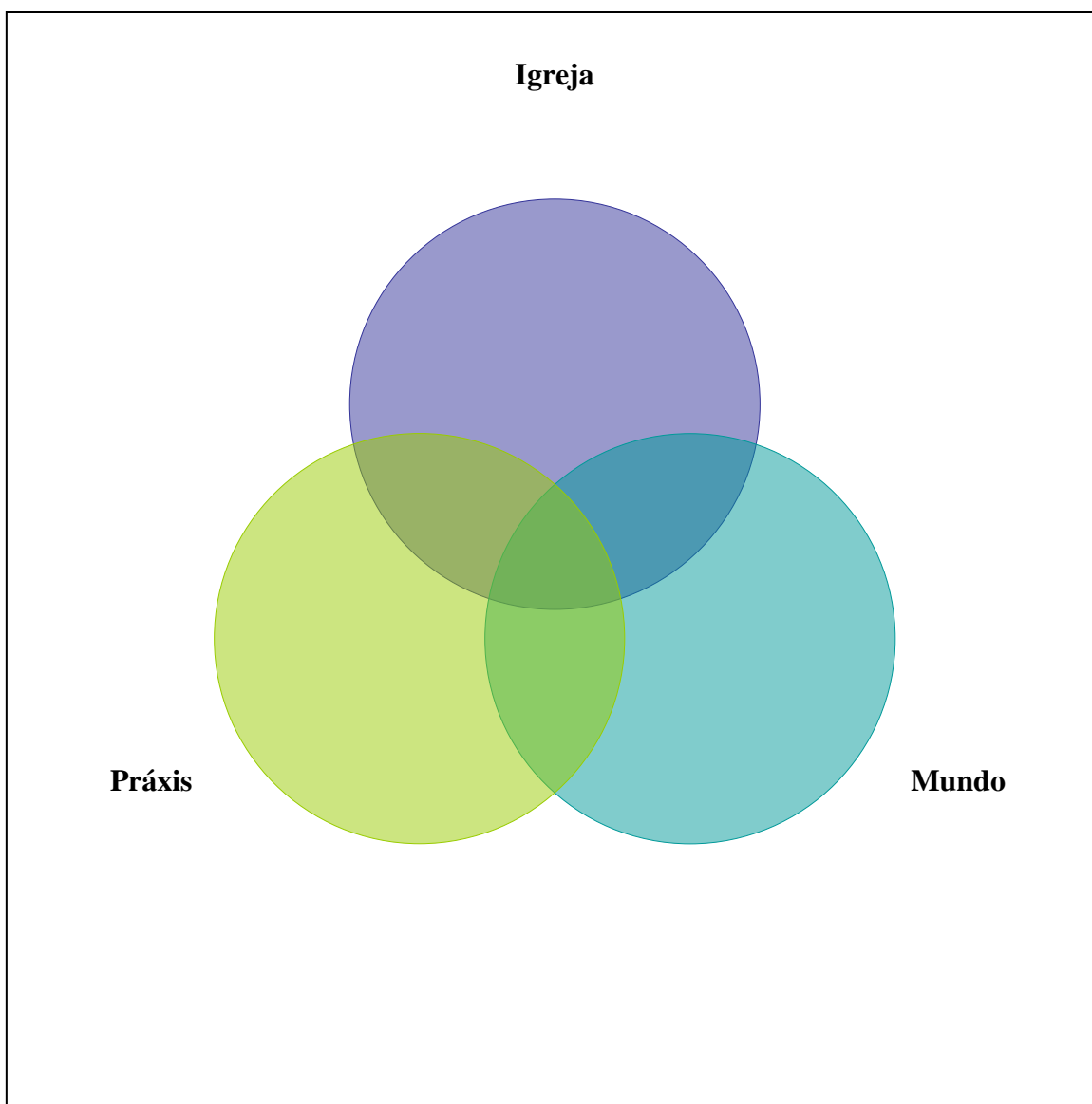
Tabela 1
Dados Estatísticos e Financeiros

<i>Ano</i>	<i>Cidade</i>	<i>Valor</i>	<i>Observações</i>
1998	São Paulo	21.034,98	
1999	Londrina	12.985,90	Verificar dados
2000	Recife	18.645,21	
2001	Vitória	15.843,21	

Nota: O título da Tabela deve ser colocado na *parte superior* da mesma deixando um espaço entre o título e a tabela, como no exemplo acima.

Para Figuras

Figura 1



Horizontes concêntricos

Nota: O título da Figura deve ser colocado na *parte inferior* da mesma deixando um espaço entre o título e a tabela, como no exemplo acima.

Para Mapas



Mapa1
Mapa do Atual Israel

Nota: O título do Mapa deve ser colocado na *parte inferior* do mesmo deixando 1 espaço entre a o título e o mapa, como no exemplo acima

Observações Gerais

- A seqüência das Tabelas, Figuras e Mapas são progressivas, ou seja, em ordem crescente – 1, 2, 3, 4, etc. Ao mudar de capítulo você deve manter a ordem progressiva. Exemplo: se no Capítulo I sua última Tabela era 4, havendo Tabela no Capítulo 2 ou subsequente, a mesma deverá ser Tabela 5. Assim também se dá com as Figuras e Mapas.
- As Tabelas, Figuras e Mapas devem estar sempre no centro do texto.
- Não use maiúsculas, itálico ou negrito para os títulos das Tabelas, Figuras e Mapas.

I. PROBLEMATIZAÇÃO NA CRISTOLOGIA

Ao se falar da doutrina da Cristologia, depois de entendido o papel da cristologia na teologia, apresentado resumidamente em nossa nota introdutória, temos que tentar entender outra coisa; O que é que está na situação *a priori* que resultou na formulação da problematização contida na própria cristologia?

Para tal trabalho, não é necessário analisarmos todos os tratados teológicos acerca de Cristo, pois, veremos que em todos existe uma convergência para o que é essencial em seu âmago, que na verdade é a própria “problematização” que provêm de uma simples, mas profunda formulação teológica, contida na seguinte pergunta que ecoa desde os primórdios do cristianismo: “Quem é Jesus de fato?”.

O trabalho que teremos para responder tal questão não é um dos mais fáceis, e também não é a nossa pretensão neste momento fazê-lo, mas buscar a partir do pensamento cristológico dos primeiros cristãos, conseguir ver um pouco como se originou tal problematização.

Nos antigos tratados teológicos existia um vício que comumente colocava a teologia acerca de Deus (Pai) em primeiro lugar, e o de Jesus (Filho) em segundo. Mas, conforme Cullmann, erroneamente “este costume, com frequência tem influído na imagem que historiadores e teólogos nos dão da fé dos primeiros cristãos” (Cullmann, 2004, p.17), ou seja, de que a Cristologia é uma subdivisão da Teologia.

Desta forma, para entendermos um pouco essa questão, dividiremos a abordagem em dois pontos, o primeiro no que se refere e constituiu essa subdivisão da Cristologia frente à Teologia; e segundo, a constituição da problematização segundo a função de Jesus.

1. Subdivisão da Cristologia frente à Teologia

Nos baseando em Oscar Cullmann, o mesmo nos mostra como pequenas convicções ou fórmulas de confissões de Fé posteriores, ou seja, pós-conciliares (um dos exemplos- questão trinitária – Deus, Cristo e Espírito Santo), se tornarão errôneas¹ frente ao pensamento e fórmulas mais antigas dos primeiros cristãos.

¹ Por “errôneo” aqui não queremos dizer que a formulação conciliar acerca da trindade esteja de fato errada, pois, não está. O que queremos dizer aqui é que a Igreja Primitiva pós-concílios, se interessavam primeiramente em Deus e em segundo lugar Jesus.

Anexo 9: Modelo de Resenha

Nome: _____

Curso: _____ Data: ___/___/___ Disciplina: _____

1. Referência bibliográfica

Fazer a referência bibliográfica completa da obra resenhada de acordo com o manual da faculdade; é recomendável, no caso de resenhas, colocar aqui somente a referência da obra que foi analisada.

2. Apresentação do/a autor/a da obra

Apresenta-se um autor falando dos principais fatos relacionados à sua vida: local e ocasião de nascimento, formação acadêmica, pessoas que exerceram influência teórica sobre sua obra, fatos que teriam marcado sua vida e, conseqüentemente, sua forma de pensar.

3. Perspectiva teórica da obra

Toda obra escrita pertence a uma determinada perspectiva teórica; é muito importante saber a que tradição/escola teórica pertence o/a autor/a da obra que se está analisando, pois isso permite compreender a forma como está organizada, bem como a lógica da argumentação utilizada; quando se reconhece a perspectiva teórica do/a autor/a, sabe-se o que se pode esperar da obra que será analisada.

4. Breve síntese da obra

Antes de começar a análise de uma obra é muito importante procurar ter uma visão panorâmica desta; isto pode ajudar a visualizar o começo, o meio e o fim da obra, permitindo saber de onde parte e para aonde vai o/ autor/a na sua argumentação; esta parte da resenha (somente esta!) pode ser feita na forma de um esquema.

5. Principais teses desenvolvidas na obra

Depois de tudo preparado se pode analisar o conteúdo da obra de forma propriamente dita; o objetivo é traçar as principais teses do/a autor/a e não resumir a sua obra (resenha não é resumo!); é preciso ler com muita atenção para se apreender o que é fundamental no pensamento do/a autor/a.

6. Reflexão crítica sobre obra e implicações para o ministério

Depois de apresentar e compreender o/a autor/a e sua obra deve-se traçar alguns comentários pessoais sobre o assunto, ancorados em argumentos fundamentados academicamente. Além disso, exige-se que o aluno aplique os principais temas da obra integrando-os ao seu contexto ministerial. Isso corresponde a 50% de seu trabalho.

Anexo 10: Modelo de *Glossário*

GLOSSÁRIO

Agradecimento: É a manifestação de gratidão do autor da pesquisa às pessoas que colaboraram no seu trabalho. Deve ser curto e objetivo.

Amostra: É uma parcela significativa do universo pesquisado ou de coleta de dados.

Análise: É o trabalho de avaliação dos dados recolhidos. Sem ela não há relatório de pesquisa.

Anexo: É uma parte opcional de um relatório de pesquisa. Nele deve constar o material que contribui para melhor esclarecer o texto do relatório de pesquisa.

Apêndice: O mesmo que Anexo.

Bibliografia: É a lista de obras utilizadas ou sugeridas pelo autor do trabalho de pesquisa.

Capa: Serve para proteger o trabalho e nela deve constar o nome do autor, o título do trabalho e a instituição onde a pesquisa foi realizada.

Capítulo: É uma das partes da divisão do relatório de pesquisa. Lembrando que o primeiro capítulo será a Introdução e o último as Conclusões do autor. Entre eles o texto da pesquisa.

Ciência: É um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto conquistado através de métodos próprios de coleta de informação.

Citação: É quando se transcreve ou se refere ao que um outro autor escreveu.

Coleta de Dados: É a fase da pesquisa em que se reúnem dados através de técnicas específicas.

Conclusão: É a parte final do trabalho na qual o autor se coloca com liberdade científica, avaliando os resultados obtidos, propondo soluções e aplicações práticas.

Conhecimento Empírico (ou conhecimento vulgar): É o conhecimento obtido ao acaso, após inúmeras tentativas, ou seja, o conhecimento adquirido através de ações não planejadas.

Conhecimento Filosófico: É fruto do raciocínio e da reflexão humana. É o conhecimento especulativo sobre fenômenos, gerando conceitos subjetivos. Busca dar sentido aos fenômenos gerais do universo, ultrapassando os limites formais da ciência.

Conhecimento Teológico: Conhecimento revelado pela fé divina ou crença religiosa. Não pode, por sua origem, ser confirmado ou negado. Depende da formação moral e das crenças de cada indivíduo.

Corpo do Texto: É o desenvolvimento do tema pesquisado, dividido em partes, capítulos ou itens, excluindo-se a Introdução e a Conclusão.

Anexo 11: Modelo de *Proposta de um Projeto Ministerial*

Uma Estratégia para Mobilizar e Formar Discípulos Maduros da Igreja Metodista Livre

Antonio Luís da Silva
Pós-graduação em Teologia 2001
Faculdade Teológica Sul Americana

Propósito: O propósito deste Projeto Ministerial é apresentar uma estratégia contextual e teológica na formação das pessoas da Igreja Metodista Livre para experimentar um significativo crescimento espiritual e envolvimento ministerial.

A Igreja Metodista Livre é uma igreja de porte médio (250 membros) em uma pequena cidade do sul do Brasil. A visão da igreja é *ser uma comunidade de adoradores comprometidos em fazer, nutrir e mobilizar discípulos de Jesus Cristo*. Contudo, a igreja não possui uma estratégia clara para tornar sua visão uma realidade. Especificamente, a igreja falha no processo de transformar pessoas em discípulos comprometidos e ministerialmente engajados. Existem elementos do programa da igreja que fazem um impacto positivo na espiritualidade e ministério das pessoas, mas eles não possuem estratégia holística e não mobilizam os discípulos. Este Projeto Ministerial busca propor esta estratégia.

Este Projeto Ministerial contém três seções principais. Uma estratégia para uma formação espiritual e mobilização ministerial deve levar em consideração as características próprias e a situação na qual serão implantadas as estratégias. Assim, a primeira seção endereçará os aspectos do contexto. Oferecerá uma visão geral da igreja e sua comunidade, descrevendo as pessoas da igreja, sua história, e crenças. O Projeto Ministerial então explorará as questões contextuais relacionadas a maturidade e mobilização dos discípulos, examinando as tentativas passadas da igreja em relação a formação espiritual e mobilização para envolvimento ministerial.

A segunda seção descreverá bases bíblicas e teológicas que servirão como base/fundamento da estratégia para nutrir e mobilizar discípulos. O Projeto demonstrará a teologia de formação espiritual, incluindo uma tentativa de clarificar o alvo do processo, respondendo a seguinte pergunta, *O que significa ser uma pessoa espiritualmente madura?* Uma teologia de ministério irá ser proposta, enfatizando os ensinamentos do Novo Testamento em relação a necessidade e natureza do ministério.

A terceira parte providenciará uma estratégia prática para nutrir e desenvolver discípulos. Esta parte iniciará com as tarefas do pastor, descrevendo as funções que ele possui no novo sistema e as funções que ele deve cumprir para ajudar a igreja na transição deste novo sistema. A igreja que é comprometida com nutrir e mobilizar discípulos requer um pastor que é um discípulo efetivo – que faz, equipa, lidera, e ensina. O último capítulo irá descrever as questões específicas da estratégia. Demonstrará novas oportunidades para formação espiritual, primariamente através de grupos pequenos e relacionamentos de mentoria, o qual irá suplantará a estratégia atual da Escola Dominical atual da igreja. Uma nova estrutura ministerial será proposta a qual é mais orgânica e menos mecânica, uma estrutura que fornece grande liberdade para os líderes sendo menos centralizada em comitês. O coração da estratégia será o de *construir pontes*, ajudando a conectar pessoas para apropriarem-se das oportunidades para crescer e servir. Um plano de implementação e idéias também será discutido.

Orientador: Dr. Jorge Henrique Barro

Anexo 11: Modelo de Proposta de um *Projeto Ministerial* (continuação)

SUMÁRIO

Introdução (4 páginas)

Primeira Parte: Contexto

I. Uma Introdução a Igreja Metodista Livre (8 páginas)

1. Análise Demográfica e Sócio-Econômica do Estado
2. Análise Demográfica e Sócio-Econômica do Bairro
3. Perspectiva Histórica
4. Crescimento Recente e Implicações
5. Teologia, valores e cosmovisão
6. Propósito da Igreja

O Capítulo I irá oferecer uma descrição da Igreja Metodista Livre. Ele descreverá a comunidade, seu povo e sua história. Irá explorar seu recente desenvolvimento na vida da igreja. O capítulo também examinará os o que a igreja crê e o propósito que ela clama para existir.

II. Estratégias Passadas e Presentes para Nutrir e Mobilizar Discípulos da Igreja Metodista Livre (8 páginas)

1. Estratégias para Desenvolver Maturidade Espiritual
2. Estratégias para Envolver Pessoas no Ministério
3. Pontos Fortes a serem Trabalhados
4. Desafios a Conquistar

O Capítulo II irá descrever as estratégias que a igreja tem feito para encorajar o povo a crescer espiritualmente e capacitá-los para ministrar. Atitudes relevantes, tradições e programas do passado e presente serão discutidos. O capítulo focalizará naqueles elementos que poderiam indicar ser as pedras fundamentais e naqueles que poderiam ser pedras que fossilizam o avançar da igreja rumo as novas estratégias para maturidade e mobilização.

Segunda Parte

III. Teologia de Formação Espiritual (8 páginas)

1. O que é Formação Espiritual?
2. O diz o Evangelho sobre isso?
3. O que significa ser uma pessoa espiritualmente madura?
4. Qual é a função da igreja no processo de formação espiritual?
5. Qual é a função das disciplinas espirituais no processo de formação espiritual?

O Capítulo III refletirá as bases bíblicas e teológicas para desenvolver a maturidade espiritual. O capítulo buscará explicar por que maturidade espiritual é importante, o que espiritualidade é, e o que a igreja pode fazer para desenvolver a espiritualidade das pessoas.

IV. Teologia do Ministério (8 páginas)

1. Cristo é o cabeça da igreja
2. Cada discípulo é um ministro
3. Líderes da igreja são equipadores

4. Nós precisamos uns dos outros
5. Nossa unicidade nos ajuda a conhecer o plano de Deus para nós
6. Bons resultados surgem quando nós usamos nossos dons espirituais

O Capítulo IV apresentará uma base bíblica e teológica para mobilizar o povo de Deus. Oferecerá uma série de princípios essenciais para o ministério, extraídos das cartas de Paulo. O capítulo prestará atenção especial para a importância dos dons espirituais.

Terceira Parte

V. A Função do Pastor em Nutrir e Mobilizar Discípulos (8 páginas)

1. O pastor como um fazedor de discípulos
2. O pastor como equipador
3. O pastor como agente de mudança
4. Questões na pregação

O Capítulo V descreve um novo paradigma na liderança pastoral, de cura d'almas apenas para fazedor de discípulos e equipador, se a igreja intenciona priorizar o fazer e nutrir discípulos. O capítulo argumenta que o pastor deve liderar e pregar eficazmente para ajudar a igreja na transição para a nova estratégia e nutrir constantemente a igreja no compromisso de formação espiritual e envolvimento ministerial.

VI. Estratégia para Nutrir e Mobilizar Discípulos da Igreja Metodista Livre (10 páginas)

1. Novas oportunidades para formação espiritual
2. Uma nova estrutura de ministério
3. Construtores de pontes
4. Um plano para implementação
5. Avaliação e revisão

O Capítulo VI explanará as questões específicas da estratégia para revitalização da Igreja Metodista Livre em seu esforço de nutrir e mobilizar discípulos. Enfatizará as oportunidades para discipulado que irão suplantam a corrente Escola Dominical. Oferecerá um plano geral de implantação da nova estrutura, analisando alguns obstáculos que a igreja enfrenta no processo de formação espiritual. O coração do capítulo é a descrição da *construção de pontes* para facilitar a estratégia e envolver pessoas no processo para nutrir e mobilizar discípulos, criando oportunidades ministeriais para todos.

Conclusão (4 páginas)

Anexo 11: Modelo de Proposta de um *Projeto Ministerial* (continuação)

BIBLIOGRAFIA

- AMORESE, R. M. (Ed.). *A igreja evangélica na virada do milênio: Missão da Igreja num País em Crise*. Brasília: Comunicarte, 1994.
- ANDERSON, R. S. (Ed.). *Theological foundations for ministry*. Edinburgh: T & T Clark, 1979.
- BANKS, R. *Paul's idea of community: the early house churches in their historical setting*. Grand Rapids: Eerdmans, 1980.
- BARTH, K. *Church dogmatics*. Edinburgh: T. & T. Clark, 1967.
- BLAUW, J. A. *Natureza missionária da igreja*. São Paulo: ASTE, 1966.
- BOFF, C. *Comunidade eclesial, comunidade política*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOFF, L. *E a igreja se fez povo: eclesiogênese, a igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BROWNING, D. S. A. *Fundamental practical theology: descriptive and strategic proposals*. Minneapolis: Fortress, 1991.
- CALVINO, J. *Institucion de la religion cristiana*. Grand Rapids: Nueva Creación, 1967.
- CASTRO, E. *Servos livres*. Rio de Janeiro: CEDI, 1986.
- CEIM A. *Igreja dos dons e ministérios: a visão dos bispos metodistas*. Piracicaba: Agentes da Missão, 1991.
- _____. *Igreja: comunidade missionária a serviço do povo*. São Paulo: CEIM, 1991.
- CELAM. *Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CHAUÍ, M. "Público, Privado, Despotismo". In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COMBLIN, J. *Teologia da missão*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *O Espírito Santo e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DRIVER, J. *La obra redentora de Cristo y la misión de la iglesia*. Grand Rapids: Nueva Creacion, 1994.
- _____. *Contra a corrente: ensaios de eclesiologia radical*. Campinas: Cristã Unida, 1994.

INTRODUÇÃO

Considerando que este projeto de pesquisa tem cunho bíblico-teológico, analisa um objeto, a Missão da Igreja na Cidade (urbes), queremos esclarecer que o seu objetivo central é dialogar com o grande leque da multidisciplinaridade, não ficando somente em elucubrações conceituais (teológicas e outras), que são importantes e essenciais, mas que se não construir uma ponte com a realidade a qual estamos inseridos, de nada vale, pois, na grande complexidade de problemas urbanos que temos vivido, urge a necessidade gritante de intervenções que possam ser apresentadas a partir, e também, da Igreja.

Essas intervenções que podem começar pela militância da igreja, também não podem se limitar somente em ‘soluções’ tidas como espirituais para a cidade, pois, desta dicotomia entre profano e sagrado, estamos cansados.

Desta forma, queremos a partir da experiência *in locu* que tivemos em duas conferências das Cidades, que visavam a constituição do Conselho das Cidades – *CONCIDADES*, estabelecer bases que nos sustentem bíblico-teológica e sociológica para a apresentação de possíveis intervenções nas cidades nessas esferas políticas.

Para isso, esse pequeno trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, ou no seu primeiro capítulo, procuramos por meio do diálogo com missiólogos e pesquisadores do assunto, estabelecer uma *base bíblico-teológica das cidades*, onde a partir da análise de algumas cidades na bíblia, podemos ver por meio de um *conceito simbólico da cidade*, que a própria cidade não é dividida dicotomicamente pela perspectiva divina e literária de sua composição, deixando somente a ‘parte boa’ ser usada em detrimento da ‘parte satânica’ que é excluída. Mas muito pelo contrário, a cidade pelo viés bíblico-teológico pode ser um campo de atuação da *Missio Dei* onde temos o privilégio de poder, como Igreja, participar.

No segundo capítulo tentamos estabelecer a *base sociológica das cidades*, que ao utilizar o conceito dos antigos *Burgos*, podemos entender a cidade e o homem amalgamente ligados entre si, ou seja, interligados entre si e dependente um do outro para a sua existência nos espaços. Depois da verificação sociológica do homem (burgos) como interventor da e para a cidade, discorreremos um pouco da *historicidade do caos urbano* para servir de ponte para o próximo capítulo.

Agora no terceiro capítulo, que intitulamos como *planejamento e gestão democrático-participativa*, tratamos de discutir a partir desse caos urbano a possibilidade de novos planejamentos que promovam novas ações ou políticas públicas das cidades, para que a criminalidade, violência e miséria etc, que provem de certa forma de uma má gestão das cidades em sua urbanização, possam ser combatidas. Aqui apresentamos como surgiu a lei baseada na constituição de 1988 – Estatuto das Cidades, que viabiliza a participação popular, seja ela de cunho cristão ou não, nos novos planejamentos para as cidades.

Em nosso quarto e último capítulo, *intervenção cristã-cidadã, do CONCIDADES a inserções com pequenos projetos*, mostramos como se deu a nossa experiência nas arenas consultivas e deliberativas dos conselhos, e como a presença cristã-cidadã-militante apesar da etiqueta social pejorativa que fazem acerca dos evangélicos, ainda tem uma importância significativa para a participação nesses espaços políticos, devido à concepção moral e ética que ainda nos resta pela credibilidade intocável do evangelho de Cristo. Graças a Deus pelo seu evangelho! E como consequência disso, apresentamos também como essa militância participativa pode se dar nesses e outros espaços para a gestão e urbanização das cidades. E para encerrar, apresentamos como sugestão o projeto de criação de uma *associação cristã pró-cidade*, que

também engloba alguns outros pequenos subprojetos, visando auxiliar no melhoramento das cidades por meio do diálogo com a população, e ao mesmo tempo, fomentar no meio cristão-evangélico a formação de uma consciência integral de sua responsabilidade quanto ao seu comissionamento e cidadania

Anexo 12: (continuação) Modelo do corpo do projeto e a sua articulação entre teoria científica, metodologia de trabalho, o exame detalhado do objeto de estudo, a formulação de hipóteses (soluções prévias, preliminares, apresentação de evidências e argumentos que dêem validade às hipóteses formuladas para a resolução dos problemas etc.

I. A BASE BÍBLICO-TEOLÓGICA DAS CIDADES

Ao refletir sobre a possibilidade de relevância que o nosso ministério pode ter para responder ao comissionamento de Cristo, e conseqüentemente para a expansão do seu Reino, sempre consideramos que a presença da igreja, simplesmente por estar em um local geográfico da cidade, tinha que ser ou estar mais além do seu sentido espiritual, para ‘alcançar’, em missão, a própria cidade.

Essa presença espiritual da igreja é importantíssima, mas este não é o caso em questão aqui, pois em se tratando de uma concepção de evangelho integral, essa presença é espiritual e também real para a nossa vocação. Com isso, chegamos em um ponto muito delicado dessa afirmação, porque essa nossa reflexão e consideração não estão condizentes com a realidade de nossas igrejas, não por possíveis elucubrações heréticas que possamos fazer aqui, mas infelizmente por causa de dicotomias que ainda são ‘ranços’ em nosso meio. Dicotomias estas que vêem a cidade somente como a cidade pertencente a satanás, e conseqüentemente destinada exclusivamente a evangelizações que visem tomar de assalto, e das garras do maligno, as almas daqueles que compõem as cidades, esquecendo assim, que essas mesmas cidades possuem estruturas que estão automaticamente interligadas as próprias pessoas que a compõem, e por isso, não podendo ser esquecidas ou alienadas (...)

1. Análise de algumas cidades.

Robert C. Linthicum em seu livro *Cidade de Deus, Cidade de Satanás* nos apresenta um tipo de resumo bem estruturado acerca de várias cidades que compõem o universo bíblico. Entre elas destacamos *Ur* dos caudeus, ou a ‘cidade de Abraão’ como a conhecemos, que a 2000 A.C possuía cerca de 250 mil habitantes (...)

1.1. Cidade de Caim e o Éden, da simbologia ao absoluto para as cidades.

Feitas as observações acima, e iniciado a nossa análise bíblico-teológica das cidades, segundo pesquisadores como o próprio Almeida, Linthicum, Sérgio Lyra, Jorge Barro e outros, a história bíblica e teológica das cidades pode começar a partir de Gn 4:17, acerca da narrativa de Caim como sendo o primeiro construtor de cidades.

Lyra nos afirma que a cidade de Caim basicamente foi erigida “como fator de autoproteção, franca desconfiança na proteção oferecida por Deus a ele” (Lyra, 2004, p. 81) (...)

1.2. Babel e Babilônia, da rebeldia ao instrumento.

Uma outra cidade que nos possibilita analisar é a cidade de Babel ou Babilônia. Conforme os dicionários bíblicos, Babel e Babilônia são a mesma cidade. Babel vem da forma hebraica, enquanto que Babilônia vem da forma grega de se referir a esta cidade.

Por Babel nos remetemos automaticamente à narrativa (Gn 11) da torre que pretendiam construir para que se chegassem ao céu (...)

1.3. Velha e Nova Jerusalém, o ‘já’ e o ‘ainda não’ para as cidades

Depois de ter trabalhado sobre os fundamentos das outras cidades, como vimos nos sub-tópicos anteriores, vamos agora trabalhar em uma outra cidade que se destaca muito pela sua importância bíblico-teológica. Estamos nos referindo a Jerusalém.

Vale destacar que ‘existem’ duas cidades de Jerusalém. A primeira que é a Jerusalém do “depois do jardim do Éden e antes da nova Jerusalém (...)

(A) A velha Jerusalém e a Cidade de Jesus

(...)

(B) A nova Jerusalém e a cidade de Deus

(...)

II. A BASE SOCIOLOGICA DA CIDADE

1. Sociologia urbana, os buegos

Por meio da sociologia urbana a cidade não é somente um amontoado de casas, prédios, ruas, avenidas etc, mas também é um leque de conveniências sociais. A cidade é muito mais que isso conforme Roberto Ezra Park nos informa. A cidade é “um estado de espírito, um corpo de costumes, e tradições (...) sentimentos e atitudes organizados (...) envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana” (Park [*in*] Velho, 1979, p. 26).

Sendo assim, podemos estudar a cidade em diferentes óticas multidisciplinares, mas não podemos nos esquecer que ela, dentro dessa afirmação citada acima (...)

2. A Historicidade do caos urbano

Depois da tentativa de olhar panoramicamente a cidade pelo prisma da sociologia urbana, mais especificamente pelo seu constituidor, ou seja, nós, homens e mulheres urbanos, faremos outra análise panorâmica, mas agora, pela via da historicidade, para conhecermos e nos situarmos na grande crise urbana a qual também nós, somos os seus constituidores (...)

III. PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA

No capítulo anterior vimos bem panoramicamente a historicidade do caos urbano. Limitamos-nos somente em entrar até a caracterização da década de 90 como sendo também uma década perdida quanto às questões da urbanização, pois em quase todo o período, e podemos dizer que as falácias urbanas se estendem até a presente data, temos amostras da incapacidade de um desenvolvimento da rede urbana que se tornou ‘inchada’ e que cada dia mais exclui grande parte de seus constituidores para suas margens - as favelas, os cortiços, os assentamentos - que não é mais “‘privilégio’ de nenhuma cidade brasileira, pois raro é o município que não a possui” (2003, p. 297).

Mas por outro lado, temos que discutir cada vez mais novos planejamentos que promovam novas ações ou políticas públicas das cidades (...)

1. A Participação Popular

Conforme foi mencionado no inciso IV do artigo 40 do Estatuto das Cidades, a participação popular é imprescindível nesse processo, pois é dessa participação que podemos regular as ações dos poderes Executivo e Legislativo como resposta eficaz da nossa cidadania, que deve sempre visar o bem coletivo nesse processo de urbanização.

E por participação popular os artigos 43, 44 e 45 do Estatuto nos mostram quais são as esferas para essa possível inserção. Veja (...)

IV. INTERVENÇÃO CRISTÃ-CIDADÃ, DO CONCIDADES A INSERÇÕES COM PEQUENOS PROJETOS.

Depois de observarmos panoramicamente a possibilidade da participação popular no planejamento e gestão das cidades, queremos a partir da experiência vivida, *in locu*, na participação de algumas etapas das Conferências do Conselho das Cidades, o *CONCIDADES*, mostrar o quão é importante que tal participação também possa se dar por meio de movimentos sociais de cunho cristão, que é duplamente cidadã em seu exercício, ou seja, é cidadã por se tratar de uma ação que visa um outro exercício que é o da democracia (para a coletividade), democracia esta tupiniquim, brasileira. E em segundo lugar, é também cidadã pela nossa vocação cristã de liberdade para o nosso próximo (Coletividade), que provem de um outro exercício, que é o da resposta constante ao comissionamento pelo evangelho de Cristo em sermos cidadãos do Reino celestial que *já* é presente aqui nessa terra, ou no primeiro exercício cidadão, *mas ainda não* em sua totalidade (...)

1. ConCidades, da participação a militância cristã.

A minha experiência quanto ao ConCidades está propriamente dita em duas participações como representante/delegado no processo que levaria a composição da 3ª Conferência Nacional das Cidades, que foi realizada em nossa capital federal – Brasília - em novembro de 2007. Nas duas participações estive como militante do Movimento Evangélico Progressista – MEP – representando assim o Estado do Paraná (...)

2. Pequenos Projetos para a militância cristã-cidadã.

“Do isolamento à solidariedade” foi a descrição de ação que Singer e Brant intitularam da saída dos movimentos sociais, de um período negro da nossa história, que foi o período ditatorial (AI-5), para um período em que as instituições e movimentos populares poderiam, agora a luz do dia, lutar abertamente pelos seus direitos e também o da coletividade (Singer & Brant, 1981, p. 20).

A partir dessa idéia de sair do isolamento e visar o próximo, surge em diálogo com o nosso pequeno projeto algumas propostas práticas de projetos de missão urbana, que da mesma forma tem a pretensão de ‘lutar’ abertamente pelos direitos dos constituidores da cidade, nós todos, ao invés de simples remediações tidas como assistencialistas (...)

(a) Projeto de Criação de uma associação cristã pró-cidades.

Como vimos ao longo de todo o trabalho, a participação popular na vida e gestão das cidades é de extrema importância, até porque, podemos até dizer que as cidades e seus constituidores são uma coisa só, ou seja, quando participamos para a melhoria dos espaços, estamos trazendo benefícios para nós mesmo, e não simplesmente, ou friamente, para a cidade (...)

- Projeto 1: Mapeamento Urbano

Esse projeto visa fazer o mapeamento de um bairro ou município, levantando os dados referentes aos problemas urbanos a partir dos próprios moradores. Desta forma, esse instrumento pode ser utilizado para futuros planejamentos de políticas públicas para as cidades. O importante é destacar que tal trabalho não terá um registro frio da realidade, mas uma vez utilizando os próprios moradores, ou associados da ACPC, a amostragem será bem dinâmica, pois estaremos ouvindo os agentes constituidores de uma determinada região que esteja defasada (...)

- Projeto 2: Realização de audiências públicas do município na ACPC

No processo de formulação de qualquer política pública, e no nosso caso é para a cidade, os órgãos competentes, prefeituras etc, na maioria das vezes não possui muita clareza no que se diz respeito a real expectativa da população em relação as suas necessidades vinculadas aos problemas das cidades (...)

- Projeto 3: Intervenção na elaboração e execução dos orçamentos públicos para as cidades.

Os movimentos populares, sejam eles de cunho Cristão ou não, podem intervir na elaboração e execução do orçamento público. Isso se dá pela participação na Lei orçamentária anula –LOA, ou então pelo Plano Plurianual – PPA, que é um mecanismo de que define as metas e prioridades para investimentos para quatro anos (...)

Anexo 12: Modelo de Conclusão para o Projeto de Pesquisa

CONCLUSÃO

Um médico que se preze normalmente procura sanar a questão que lhe foi apresentado indo direto a raiz do problema. Mas muitos também, não sabendo ao certo qual é o “x da questão”, seja pelo despreparo, que pasmem, existem muitos assim, ou pela displicência como é o caso do nosso Sistema Único de Saúde – SUS se propõem erroneamente a remediar superficialmente o paciente, prolongando desta forma aquela deficiência que inicialmente poderia ser bem simples de solucionar, mas que pela negligência vêm a se tornar crítica e necessitada de intervenções bem mais complexas para tentar salvar o paciente.

Assim é com a igreja e a cidade em minha ótica. No caso da igreja, historicamente ela é detentora de um dualismo que separa corpo e alma, sagrado e profano, mas ao mesmo tempo têm respondido ao seu comissionamento de servir a Deus em sua *Missio Dei*. Nesse privilégio em poder fazer parte dessa grande e maravilhosa tarefa, a de pregar as boas novas de Jesus Cristo, a igreja tem alcançado muitas vidas, mas bem aqui existe um ponto de conflito, pois, é só pela misericórdia de Deus, que é o responsável pela Missão, que a igreja consegue ‘alcançar’ alguém.

O conflitante disso, é que cada vez mais, e aqui nós calvinistas nos alegramos, é que constantemente é mais pela misericórdia de Deus, do que pela ação da igreja que isso acontece. Essa afirmação está justamente no proselitismo que muitas igrejas locais estão fazendo, por inúmeras razões que já sabemos, e também pela sua prática ‘evangelizadora’ baseada em seu dualismo que foca um lado em detrimento do outro, e também em sua má compreensão do evangelho, que é concebido e propagado historicamente como preocupado somente com as coisas ditas da alma, promovendo assim uma remediação que em muitos casos é insuficiente pela abrangência da dificuldade, que se fora remediado holisticamente teríamos a solução certa para a transformação total de qualquer realidade.

Com isso, não estou dizendo que tudo o que foi feito durante séculos de nada valeu, até porque sou pertencente a esse corpo e responsável também pelos ônus e bônus. Mas quero dizer que ainda hoje com tantos problemas urbanos que direta e indiretamente atingem a todos nós, nós, a igreja, ainda propomos remediações ao mundo sem a eficácia integral do evangelho, prolongando assim muitas coisas que facilmente poderiam ser resolvidas se nos empenhássemos mais no serviço diligente do Reino.

Agora no caso da Cidade, muitos dos seus problemas urbanos ainda persistem devido a planejamentos e gestões totalmente irrelevantes para a causa da própria cidade e de seus habitantes, que segundo observamos ao longo do trabalho, a cidade e seus constituidores são um só, e por isso, quando um é afetado o outro vive as seqüelas. Fora também o anestesamento da cidadania militante frente ao quadro político que deveria ser o executor de bons planejamentos, mas não é devido a sua politicagem corrupta que tomou mais intensidade nos últimos anos.

Desta forma, é a partir dessas duas realidades de remediações superficiais que temos que entrar com intervenções, pois, se negligenciarmos isso teremos um prognóstico de mais caos, até porque uma vez que a igreja que também é detentora de uma mensagem de salvação/libertação continua sendo irrelevante para os problemas que a cercam, e por outro lado a constante e enorme migração para os grandes centros se acumulam, e os problemas também, pode gerar, ou já está gerando, um grande câncer onde todos infelizmente serão os responsáveis. E não adianta apelar para escatologias desumanas que afirmam que as coisas devem piorar para que venha logo a *parusia* do Cristo, até porque como também vimos em

nossa proposta, é o mundo e as cidades o palco que Deus escolheu para que a sua Igreja lhe responda na viração do dia: “es mi aqui Senhor, usa-me a mim!”

INTRODUÇÃO

Um dos temas doutrinários que mais nos chamam a atenção em diferentes momentos da história, e também, não diferente, se faz presente em nossa contemporaneidade, é a doutrina acerca da pessoa de Jesus com as suas atribuições titulares, ou teologicamente definida como Cristologia, que, grosso modo, é o estudo acerca *de quem é Jesus* em suas obras, para nós cristãos de todo o mundo.

Para este trabalho monográfico, não iremos traçar uma pesquisa mais aprofundada da Cristologia, no que se refere aos tratados conciliares de Nicéia e Calcedônia (451), mas, uma pesquisa que se preocupe mais com a relação teórico-prático, onde o embasamento teológico do tema, consiga fazer “a ponte” para a realidade Latino Americana e Brasileira.

Para isto, dividimos o trabalho em quatro capítulos. No *primeiro*, identificamos uma “problematização” contida por muito tempo na doutrina acerca da Cristologia, que era a sua inferioridade quanto à cadeia hierárquica da Trindade, onde a ótica de leitura entendia o Cristo sendo ofuscado pela glória do Pai, desmerecendo a centralidade dos seus títulos. Ainda no mesmo ponto, tentamos por meios historiográficos responder esta problematização mostrando a função de Jesus dentro desta, e conseqüentemente, a importância dos títulos cristológicos e seus valores ligados à história da revelação e salvação; No *segundo* capítulo, delimitamos somente um dos títulos para a nossa análise, que foi o título de Messias, pois, é um título admirável desde a sua formação no judaísmo até a sua teologia (mistério messiânico) na Cristologia. Para o *terceiro* capítulo, traçamos as bases bíblico-teológicas da obra salvífica do Messias-Cristo, por meio de uma síntese em Berkhof e Tillich na doutrina da expiação, e também a perspectiva desta doutrina em um dos pais da nossa Reforma, João Calvino.

Por último, o quarto *capítulo* tenta buscar uma cristologia mediadora de uma salvação integral e messiânica, não interiorizadora, mas terapêutica em três ações práticas para o próximo que clama na infeliz realidade Latino Americana e Brasileira.

Anexo 13: Modelo do corpo do trabalho e a sua articulação entre a problematização, a sua questão epistemológica, a base bíblico - teológica do tema delimitado, e por fim, o tema em sua aplicação ao contexto:

I. PROBLEMATIZAÇÃO NA CRISTOLOGIA

Ao se falar da doutrina da Cristologia, depois de entendido o papel da cristologia na teologia, apresentado resumidamente em nossa nota introdutória, temos que tentar entender outra coisa; O que é que está na situação *a priori* que resultou na formulação da problematização contida na própria cristologia?

Para tal trabalho, não é necessário analisarmos todos os tratados teológicos acerca de Cristo, pois, veremos que em todos existe uma convergência para o que é essencial em seu âmago, que na verdade é a própria “problematização” que provém de uma simples, mas profunda formulação teológica, contida na seguinte pergunta que ecoa desde os primórdios do cristianismo: “Quem é Jesus de fato?”.

O trabalho que teremos para responder tal questão não é um dos mais fáceis, e também não é a nossa pretensão neste momento fazê-lo, mas buscar a partir do pensamento cristológico dos primeiros cristãos, conseguir ver um pouco como se originou tal problematização (...)

1.1. Subdivisão da Cristologia frente à Teologia

Nos baseando em Oscar Cullmann, o mesmo nos mostra como pequenas convicções ou fórmulas de confissões de Fé posteriores, ou seja, pós-conciliares (um dos exemplos- questão trinitária – Deus, Cristo e Espírito Santo), se tornarão errôneas (...)

1.2. A função de Jesus na Problematização

Mesmo considerando que a problematização que está incutida na cristologia tenha, entre outros fatores, se desenvolvido a partir dessa relação nas fórmulas primitivas, e também sem nos esquecer das muitas articulações históricas que a igreja (...)

1.3. A importância dos títulos cristológicos

Para começarmos é necessários uma explicação panorâmica quanto aos títulos em si, pois, se tratando de cristologia do Novo Testamento é comum vermos muitos deles destinados a Jesus, que é até óbvio em se tratando de cristologia, mas (...)

II. MESSIAS, UM TÍTULO ADMIRÁVEL, DO JUDAISMO A CRISTOLOGIA

2.1. Nota introdutória

Conforme visto em Oscar Cullmann, o título de Messias foi um dos que se impuseram de forma sublime aos demais, mas cabe um entendimento acerca disso, pois, devido à singularidade do título, Cullmann diz que “o título de Messias se impôs a ponto de apagar, ou ao menos de subordinar os demais títulos cristológicos: [porque] nenhum destes teve a honra de permanecer ligado para sempre ao nome de Jesus” (2004, p.176- [acréscimo nosso]).

Sendo assim, e tendo como base essa afirmação, trataremos de fazer uma análise cristológica a partir e somente do título de Messias. Queremos deixar claro, que esta opção se deu pelo grande número de títulos que teríamos que analisar, pois seria um trabalho demasiadamente extenso e árduo para trabalharmos um por um, até porque, muitos já o fizeram e para o objetivo e relevância da nossa monografia, nos reservamos ao direito de

restringimos somente a este. Uma outra coisa relevante que devemos deixar claro sobre esta opção, é que mesmo delimitando somente um único título, o do Messias, em nenhum momento a análise será menos fidedigna cristologicamente (...)

2.2. Raízes epistemológicas do título, o Messias no judaísmo

Ao se falar de Messias, temos que ter em mente duas concepções. Primeira – este título não foi produzido exclusivamente pelos primeiros cristãos, mesmo que estes tenham “trabalhado” o título, o Messias é originário da tradição judaica, pois, segundo Cullmann (...)

2.3. O Messias no judaísmo II, ascendência da esperança

No ponto anterior, vimos uma abordagem dos primórdios da esperança messiânica que basicamente transitou no início da era monárquica de Israel e veio até o término do exílio. Mas deste término até por volta da morte de Cristo existe uma grande condensação desta esperança que é importantíssima para entendermos a possível crise messiânica de Cristo (...)

2.3.1. A revolta, o modernismo X conservadorismo

Segundo os historiadores do judaísmo antigo, a revolta armada em que a Judéia estava mergulhada, mais ou menos por volta de 175 à 150 A.C deu início a uma nova leitura da esperança messiânica (...)

2.4. O mistério messiânico

Depois de ter percorrido as raízes fundamentais da fé judaica acerca do Messias, e de ter visto um amplo campo de tradição judaica que fomentou a sua esperança, temos que dimensionar as implicações que essa esperança trouxe ao cristianismo (...)

III. BASES BÍBLICO-TEOLÓGICAS DA EXPIAÇÃO COMO OBRA SALVÍFICA DO MESSIAS-CRISTO

Como já foi apresentado acima, mais especificamente no capítulo I – sub-tópico 1.2 A função de Jesus na Problematização -, vimos a “função” de Jesus em seus títulos cristológicos sempre objetivando a nossa salvação como sua missão, - *Christou tou Sotêros hemôm* – “Cristo nosso salvador” – Tt. 3:6.

Sendo assim, ao delimitarmos um título para exposição, como foi o caso do título de Messias, este, assim como os outros, obrigatoriamente expressam esta função conforme apresentamos. Com isto, necessariamente entramos em um ponto teológico que surge dessa função cristológica, que é a Soteriologia (Salvação) que Jesus nos proporcionou por meio da sua obra expiatória.

Portanto, o que vamos abordar aqui, é o significado mais teológico e doutrinal dessa expiação, e também alguns pontos de vista reformados que nos baseiam para uma compreensão abrangente dessa inefável função (...)

3.1. Síntese da doutrina da expiação

Para tal explanação, dialogaremos com dois teólogos sistemáticos, Tillich e Berkhof, para depois, em um segundo momento, recorrermos a um dos pais da nossa reforma, Calvino, para compreendermos um pouco acerca desta doutrina e as suas implicações para o objetivo desta monografia.

A doutrina da expiação parte basicamente da idéia de que Deus (...)

3.2. *Calvino e a obra expiatória*

Se no tópico anterior vimos à questão da obra expiatória de Cristo em uma ótica mais sistemática, agora, no presente tópico, achamos por necessário embasar a questão da expiação recorrendo a alguns pais da tradição reformada, como é o caso de João Calvino, para acrescentarmos mais ao conteúdo estudado.

E para tal trabalho, estaremos nos utilizando de uma síntese na obra de H. D.McDonald em artigo para Donald K. Mckim (...)

IV. EM BUSCA DE UMA CRISTOLOGIA SALVÍFICA-INTEGRAL E MESSIÂNICA PARA A REALIDADE LATINO AMERICNA E BRASILEIRA

Para começar este capítulo, cabe antes de qualquer coisa uma pequena nota de orientação. Se o leitor conseguiu ao longo deste trabalho monográfico conceber o labor teológico acerca da cristologia, sendo ela bem panorâmica, até porque, como dissemos em um outro momento, verificar todos os pormenores da Cristologia em si seria um trabalho extremamente amplo, e também de já ter mencionado o porque da delimitação do título do Messias, destinamos este próximo capítulo ao desenvolvimento, em forma mais prática, de uma cristologia soteriológica a partir da nossa realidade latino-americana e Brasileira.

Contudo, este desenvolvimento tem da nossa parte, uma inquietação teológica e ao mesmo tempo prática acerca da salvação proporcionada pelo nosso Messias, visando assim, a nossa missão como Igreja de Cristo e sacramento no e para o mundo (...)

4.1. *Cristologia do mediador da salvação*

Ao falarmos teologicamente de mediador, cristologicamente esta mediação é atribuída a Jesus Cristo como Sumo sacerdote, que é mais um dos seus títulos que expressam sua obra para com a humanidade (...)

4.2. *O significado da salvação*

Para entendermos o significado mais prático da salvação de Cristo hoje, temos que retornar ao diálogo com os judeus para ver se estamos no caminho certo dessa concepção salvífica.

Existe entre os especialistas em Novo Testamento, o que eles chamam de “não judaico” acerca da messianidade de Jesus, ou seja, de que a apropriação do cristianismo para com o *Ungido* (Cristo-Messias) (...)

4.2.1. *A escatologia da interiorização*

Ao reler os três teólogos judeus, Moltmann nos diz que na verdade eles não estão contra Jesus em seus atos, mas estão contra um determinado tipo de cristianismo histórico que desvirtuou em algum momento o conceito de redenção, limitando-o somente ao da alma redimida ou salva do pecado (...)

4.1.2. *Ao invés de interiorização, ação terapêutica*

Na busca de responder *quem é Jesus Cristo Hoje?* Que é o grande questionamento cristológico, Moltmann nos diz que há duas respostas que não se excluem, mas se complementam mutuamente. A primeira, é a resposta da *cristologia apologética* onde, visa dar razão da nossa esperança, coletando dados da messianidade de Cristo para a nossa fé. A segunda, a *terapêutica*, que é totalmente soteriológica, (...)

Primeira Ação: Profética

(...)

Segunda Ação: Do Reino de Deus

(...)

Terceira Ação: Da Salvação/libertação

(...)

Anexo 13: Modelo de Conclusão da Monografia e ou TCC

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto em nossa pesquisa monográfica, a Cristologia em seu papel de trabalhar e evidências as obras contidas nos títulos atribuídos ao nosso Senhor, cada dia mais deve se empenhar simultaneamente à realidade circundante o qual estamos inseridos, realidade esta que é de uma miserabilidade gritante, tanto no campo moral, espiritual e estrutural, para enfim, ou em cada caso em específico, responder satisfatoriamente *quem é Jesus* para nós hoje.

Se não for assim, ficaremos presos em nossos próprios castelos de marfim, “teologizando” e “interiorizando” questões que necessitam de respostas para os seus problemas reais e urgentes, pois, se por algum tempo atrás, a religião, a igreja e até mesmo a teologia foram jogadas ao escanteio na era das ciências iluministas de séculos passados, hoje, mesmo estando em plena pós-modernidade, onde o relativismo, individualismo e tantos “ismos” se transformam em deuses, é ainda por meio desta tríade de religião (fé), igreja e teologia que as pessoas recorrem para conseguir aplacar o grande buraco negro existencial e real que fomenta os problemas de suas vidas.

Mas não é por meio de uma resposta escapista do celeste por vir que iremos, como Igreja de Cristo, evidenciar a obra deste mesmo Cristo em nossas vidas, mas é pela apropriação e vivência incondicional de um evangelho integral que poderemos fazer isso. Sendo assim, que a esperança trazida pelo evangelho do Cristo-Ungido-Messias não seja ofuscado no horizonte das incertezas do amanhã, mas evidenciado na realidade do dia-a-dia de práticas solidárias do corpo de Cristo, que busca entender *quem é Jesus* não somente pelos seus títulos, mas também pelos exemplos de suas obras.

BIBLIOGRAFIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

- BECKER, H. C. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.
_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BRAATEN, C. E. & JENSON, R. W. (Ed.). *Dogmática cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 1990. V.1.
- DAMATTA, R. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DURHAM, E. R. et al. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FIORIN, J. L. & PLATÃO, F. S. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1996.
_____. *Lições de texto*. São Paulo: Ática, 1996.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GINZBURG, C. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
_____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ISKANDAR, J. I. *Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba: Juruá, 2005.
- LIBANIO, J. B. *Introdução à vida intelectual*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MINAYO, M. C (Org.). *Pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
_____. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
_____. *Escola dos Annales*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999.
_____. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SCHNEIDER-HAPPRECHT, C. *Teologia prática no contexto da América Latina*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.